IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e relatório dos auditores independentes

Senhores Acionistas,

O IRB Brasil RE apresenta o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2013, destacando as principais atividades desenvolvidas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros.

1. Conjuntura Econômica

Apesar das condições adversas da economia mundial, a economia brasileira apresentou em 2013 um crescimento de aproximadamente 2,5%, superior ao desempenho de 2012, quando alcançou uma expansão de 1%.

Esse resultado demonstra a capacidade de recuperação da economia do país que, segundo analistas, possui um potencial de crescimento em torno de 3% a 4%. Em 2014, conforme projeções do Ministério da Fazenda, o Produto Interno Bruto deverá crescer 3,5%. Adicionalmente, a política monetária praticada em 2013, com elevação das taxas de juros, deverá reconduzir a inflação a níveis inferiores aos 5,91% observados naquele ano.

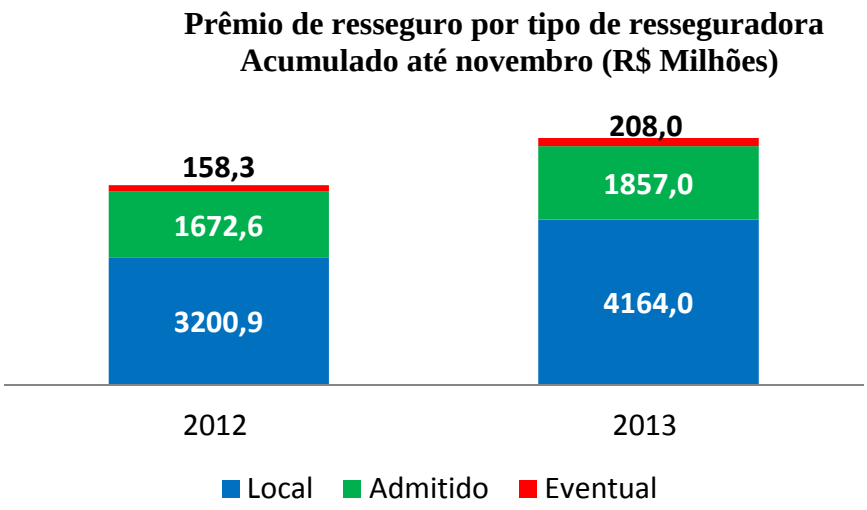
2. Mercado de Seguros e Resseguros no Brasil

Em 2013 o mercado de seguros brasileiro manteve o forte crescimento exibido nos últimos anos, atingindo, no acumulado até novembro, uma alta de 25% comparado a igual período do ano anterior. A expectativa para os próximos anos é igualmente promissora, o que deve fazer com que o mercado segurador continue superando largamente o crescimento do PIB.

O segmento de seguros gerais (excluindo VGBL e DPVAT) deverá fechar o ano com um volume de prêmios de R$ 78,6 bilhões, confirmando as projeções da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNseg. Para 2014, a CNseg estima um crescimento de 14,5%, o que elevará o volume de prêmios para aproximadamente R$ 89,9 bilhões.

O mercado ressegurador acompanhou o bom momento do mercado primário e, no acumulado até novembro, exibiu um faturamento de R$ 6,2 bilhões, com crescimento de cerca de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este mercado apresenta boas perspectivas futuras, tendo em vista o crescimento esperado para o mercado primário, os sinais de recuperação da economia nacional, bem como os investimentos previstos em infraestrutura e no mercado de óleo e gás.

A participação dos resseguradores locais no total de prêmios do mercado tem permanecido estável ao longo dos últimos anos. Estima-se que os resseguradores locais continuem mantendo sua participação ao redor de 2/3 do mercado, com destaque para o IRB Brasil RE. Até novembro de 2013, o IRB Brasil RE manteve uma participação de aproximadamente 52% entre os resseguradores locais. No fim do ano, o mercado ressegurador brasileiro contava com 111 resseguradoras, sendo 14 locais, 31 admitidas e 66 eventuais.



Fonte: SUSEP (Base Seguro)

3.Destaques do Período

3.1. Expansão Internacional

Desde 2012, o IRB Brasil RE é acionista e parceiro da African Reinsurance Corporation - Africa Re, uma empresa com status de organismo internacional, que é líder de mercado no continente africano. Essa participação, que está alinhada com a estratégia de internacionalização da empresa, possibilita não só o recebimento de dividendos, com retorno adequado para o investimento, mas também uma maior sinergia com o mercado de resseguros daquele continente.

Na América Latina, o IRB Brasil RE não só consolidou sua atuação na Argentina, onde mantém filial desde 2011, como ampliou sua capacidade de atuação na região, cadastrando-se como ressegurador nos mercados do Peru, México, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Equador, Bolívia, Belize, Guatemala, República Dominicana, Costa Rica e Panamá, estando em vias de obter registro em mais alguns países da América Latina, Central e Caribe.

Com o objetivo de proteger os resultados do portfólio internacional e obter maior competitividade, o IRB Brasil RE adquiriu um contrato de proteção para sua expansão no exterior, focada na América Latina e África. Espera-se, que com essa capacidade adicional, o IRB Brasil RE possa ter participações mais significativas em importantes programas de resseguro das citadas regiões.

3.2. Rating

A boa solvência do IRB Brasil RE foi ratificada pela manutenção do rating concedido pela agência classificadora A.M. Best (A-, excelente), chancelando o alto nível de credibilidade, profissionalismo e solidez patrimonial da Empresa.

A manutenção do rating tem papel fundamental nos projetos estratégicos e na visão de futuro do IRB Brasil RE. Neste sentido, a Empresa tem buscado ampliar as suas ações comerciais, consolidar seu posicionamento nos mercados onde atua e se inserir em novos mercados.

3.3. Tecnologia da Informação

No que se refere ao fortalecimento do capital tecnológico, o IRB Brasil RE implementou a solução de virtualização de desktops, que permitiu atender à estratégia de expansão da Empresa, possibilitando que o colaborador trabalhe da mesma forma e sem restrições, dentro ou fora da Empresa, proporcionando maior eficiência e produtividade dos usuários, bem como o melhor desempenho das estações de trabalho.

Em 2013, várias ações foram implementadas em governança de TI, destacando-se: a implementação do setor de controladoria, o controle de custos em projetos, a implantação do OCC- Operation Control Center e a implementação do gerenciamento de horas e repasse de custo (*timesheet*), que possibilitará maior controle e visibilidade dos custos de TI.

Adicionalmente, a Empresa deu continuidade ao projeto estratégico de implantação dos softwares FS-RI (Financial Services - Reinsurance) e FS-CD (Financial Services - Collections and Disbursements) da SAP, que proporcionarão uma administração flexível e segura de todas as etapas da operação de resseguro (subscrição, conta técnica e sinistros). A implementação dos referidos softwares está prevista para o início de 2014.

3.4. Marketing

A nova composição acionária do IRB Brasil RE motivou a modernização de sua identidade visual e o lançamento de uma nova marca, com eventos ocorridos na Sede, nas filiais de São Paulo e Argentina, bem como em Brasília.

Ao longo do ano foram realizados 8 patrocínios culturais, 7 patrocínios institucionais, 14 eventos, 5 ações de sensibilização e 8 anúncios publicitários em jornais e revistas, com o objetivo de posicionamento da marca da empresa. O site do IRB Brasil RE foi totalmente reformulado, dentro do novo padrão de identidade visual, em quatro idiomas: português, inglês, francês e espanhol, visando maior proximidade com os parceiros de negócios locais e internacionais.

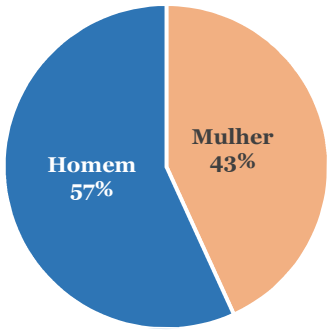
3.5. Recursos Humanos

A Empresa reconhece a importância do seu capital humano e intelectual, e, por essa razão, ao longo do ano de 2013 diversas ações estruturantes foram desenvolvidas com o objetivo de manter seus empregados engajados e preparados para os novos desafios.
Dentre as ações mais importantes destacam-se: contratação de Consultoria para desenvolvimento do Novo Plano de Cargos e Salários (PCS), com uma Política de Remuneração alinhada às melhores práticas do mercado privado de seguros e resseguros, de modo a possibilitar o alinhamento da estrutura de cargos com o novo momento organizacional pós-mudança societária e a atração e retenção dos colaboradores; a formação de um Banco de Talentos buscando a identificação de profissionais de mercado; estudos para adequação do Plano de Saúde; renegociação do contrato de Seguro de Vida; o Mapeamento de Competências e a criação de um novo modelo de Avaliação de Desempenho.

Na busca pela excelência, o IRB Brasil RE criou ações de Treinamento e Desenvolvimento garantindo que todos os seus empregados estejam preparados para exercerem suas atividades. As principais iniciativas foram: desenvolvimento da grade de treinamentos do Projeto Re-Ação, relacionada à implementação do novo sistema de gestão, contando com 219 treinados em 297 ações de treinamento em sua primeira fase; o Programa de Incentivos, que totalizou patrocínio para 24 empregados na Pós Graduação e 83 empregados em Idiomas; e a implantação do Portal do Conhecimento - conhecido como Ambiente Virtual de Aprendizagem com o lançamento do curso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

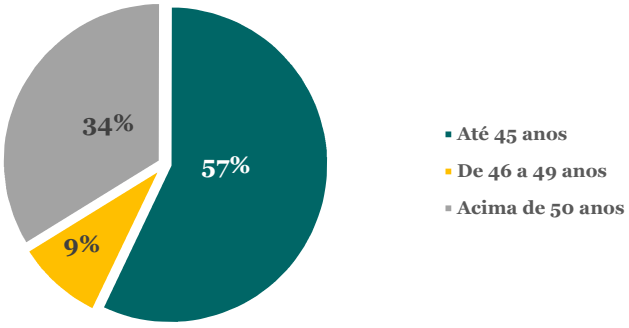
O IRB Brasil RE encerrou o segundo semestre de 2013 com 344 empregados, com o seguinte perfil:

Percentual de Empregados - Sexo (Posição dezembro de 2013)



Fonte: IRB Brasil RE

Percentual de Empregados - Idade (Posição dezembro de 2013)



Fonte: IRB Brasil RE

3.6. Gestão de Continuidade de Negócios

O IRB Brasil RE, objetivando assegurar a continuidade de seus negócios, bem como o pronto atendimento aos seus clientes, adquiriu a infraestrutura para a implantação do projeto de Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, que será instalado na filial de São Paulo. O GCN é um conjunto de estratégias e planos de ação, que visam manter a continuidade dos negócios em caso de impedimento da operação da Sede, salvaguardando os interesses dos *stakeholders*, a reputação e a marca da Empresa, bem como suas atividades de valor agregado.

3.7. Processo de Desestatização

O processo de Desestatização do IRB Brasil RE, retomado com a publicação da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 03, de 7 de abril de 2011, foi finalizado com o registro do novo Estatuto Social na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 1º de outubro de 2013, com base nas deliberações da 42ª Assembleia Geral Extraordinária, de 20 de agosto de 2013, que também homologou o aumento do Capital Social para R$ 1.453.080.000, representado por 1.035.663 ações ordinárias e 1 preferencial (Golden share) de titularidade da União.

O referido processo foi concluído com a validação de todo o procedimento pelos órgãos de controle e fiscalização: Tribunal de Contas da União - TCU, Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Fazem parte da nova composição acionária, além da própria União, a BB Seguros Participações S.A., a Bradesco Auto Re Companhia de Seguros, a Itaú Seguros S.A., a Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona. Esse grupo de acionistas detém mais de 90% do capital social, sendo o restante distribuído por diversos acionistas, dentre eles os funcionários ativos e aposentados.

3.8. Prêmios de Reconhecimento

Os principais prêmios e homenagens recebidos pelo IRB Brasil RE no ano de 2013 foram: Troféu Gaivota de Ouro, na categoria "Excelência e Liderança em Vendas no Mercado Ressegurador"; Prêmio de "Melhor Ressegurador do Brasil" pela revista Reactions, do grupo Euromoney ; Prêmio Melhores do Seguro, promovido pela Revista Apólice, na categoria Resseguradora Nacional; primeiro lugar no ranking das Maiores Resseguradoras do país, em lucro operacional, lucro líquido, ativo total, patrimônio líquido e as mais rentáveis sobre o patrimônio, na 3ª edição do anuário Valor 1000, que premia as melhores empresas em 25 setores da economia brasileira.

3.9. Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

Por meio de uma estrutura de controle e monitoramento permanentes, o IRB Brasil RE atua com o compromisso de estar em conformidade com todo o arcabouço regulatório, cooperando plenamente com os esforços das autoridades, sobretudo no que tange à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Diante desse compromisso, e considerando as alterações regulamentares sobre o assunto, ocorridas em 2012, as recentes mudanças no IRB Brasil RE e, também, a necessidade de alinhamento com as melhores práticas atuais, foi elaborado um novo Programa de Compliance, dispondo de uma série de ações e procedimentos que visam dar continuidade à disseminação de cultura de controle e à efetivação de práticas com a devida solidez necessária para minimização dos riscos de "lavagem de dinheiro" e financiamento ao terrorismo dentro da empresa. O assunto também está sendo enfatizado nos programas de treinamento, objetivando a conscientização e capacitação constante do quadro de colaboradores.

3.10 Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos do IRB Brasil RE estão definidas no Estatuto da Empresa e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

4. Dados Gerenciais Consolidados

Apesar dos desafios enfrentados em 2013, as medidas implementadas pelo IRB Brasil RE permitiram o alcance dos principais objetivos estratégicos, bem como o crescimento de 9,9% nos prêmios emitidos e 42,9% nos prêmios ganhos em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um *markert share* de aproximadamente 35% (acumulado em novembro 2013). O resultado registrado no período foi impactado, principalmente, pela redução no desempenho financeiro e pela reversão de despesas tributárias e de provisões de benefícios pós-emprego no grupo despesas administrativas.

Resultado (R$ Milhões)	2013	2012	%
Prêmio Emitido	3.072,7	2.795,3	9,9%
Prêmio Ganho	1.715,7	1.200,3	42,9%
Sinistros Retidos	-1.085,2	-799,9	35,7%
Despesas de Comercialização	-287,3	-196,7	46,1%
Resultado com Resseguro e Retrocessão	282,1	293,4	-3,9%
Resultado antes de Impostos	629,1	527,1	19,3%
Lucro líquido	348,7	397,1	-12,2%

Índices	2013	2012	p.p. *
Índice de Sinistralidade	63,3%	66,6%	-3,4
Índice de Despesas de Comercialização	16,7%	16,4%	0,4
Índice de Despesa Administrativa	7,6%	30,0%	-22,4
Índice de Margem Bruta	16,4%	24,4%	-8,0
Índice Combinado	88,2%	109,5%	-21,3
ROE	14,9%	22,6%	-7,7

Fonte: IRB Brasil RE

*ROE AJUSTADO 2013 = Lucro Líquido 2013 /(Patrimônio Líquido com Lucro Líquido e sem Dividendos Adicionais de 2012)

4.1. Desempenho do IRB Brasil RE

4.1.1. Operações de Resseguro e de Retrocessão

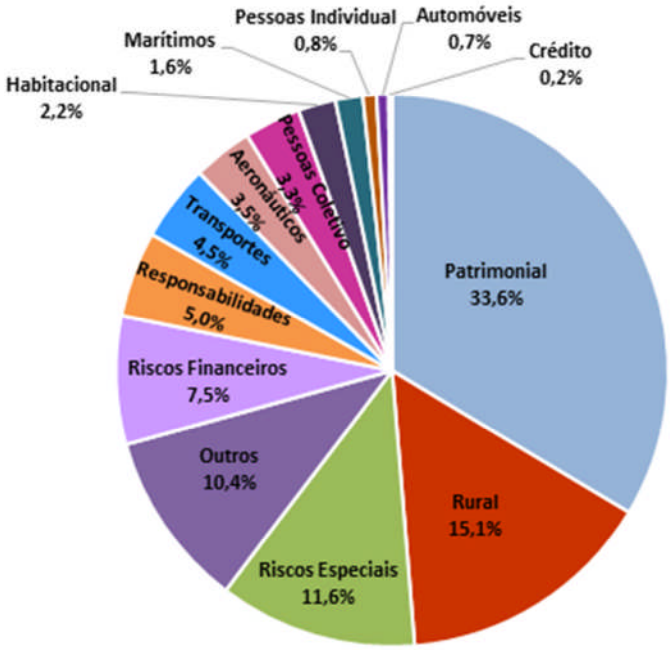
O IRB Brasil RE registrou um volume de prêmios emitidos de R$ 3.072,7 milhões, o que representa um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em termos nominais. Esse crescimento foi impulsionado pela atuação conjunta das áreas comercial e de subscrição, o que está em consonância com o planejamento estratégico da Empresa, e permitiu não só a manutenção da posição de líder no mercado brasileiro de resseguro mas, também, uma maior participação no mercado externo. Isso está evidenciado pelo crescimento da partipação das receitas de prêmios de aceitações do exterior e de prêmios originados nas sucursais no exterior, que passou de 7,2% em 2012 para 10,4% em 2013.

No que se refere aos segmentos de atuação, destaca-se a participação do grupo de ramo Patrimonial, com faturamento de R$ 1.028 milhões, seguido do grupo de ramo Rural com faturamento de R$ 465 milhões.

Os sinistros retidos foram impactados, principalmente, por eventos relacionados aos grupos de ramo Patrimonial e Outros, que se refere às aceitações do exterior e de sucursais no exterior.

O índice combinado alcançou 88,2%, apresentando um decréscimo de 21,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. As causas mais relevantes para essa variação foram o aumento no prêmio ganho, o decréscimo nas despesas administrativas e a reversão nas despesas com tributos.

Distribuição do prêmio emitido por grupo de ramos SUSEP (%)
Acumulado dezembro/2013



* Outros: refere-se à aceitações do exterior e sucursais no exterior.
Fonte: IRB Brasil RE

4.1.2 Desempenho Administrativo

As despesas administrativas alcançaram R$ 131 milhões, apresentando um decréscimo de 64% em relação ao mesmo período do ano anterior. O maior impacto dessa variação está relacionado à reversão da provisão para a cobertura de benefícios pós-emprego (aposentadoria, plano médico, seguro de vida e auxílio funeral) no valor de R$ 78,0 milhões, que havia sido constituída em 2012.

4.1.3 Desempenho Financeiro

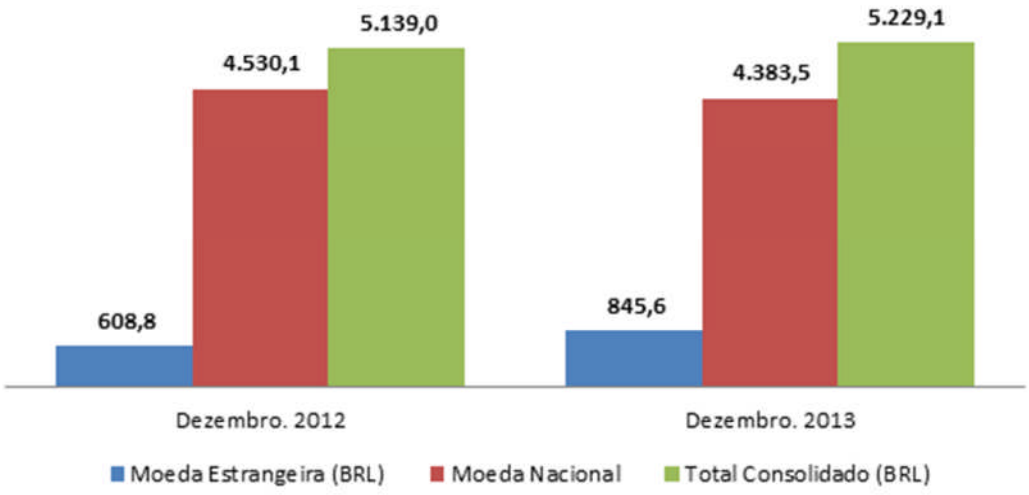
Ao final de 2013, a carteira de investimentos totalizou R$ 5.229,1 milhões. Desse total, R$ 845,6 milhões referem-se a operações denominadas em moeda estrangeira e R$ 4.383,5 milhões, em moeda nacional. A rentabilidade nominal da carteira alcançou 6,44% ao ano, sendo o resultado financeiro do período de R$ 366,9 milhões.

Durante o ano de 2013, a carteira de investimentos foi impactada pela deterioração do cenário global, gerado pela expectativa de mudança na condução da política monetária americana, o que afetou fortemente o comportamento dos ativos brasileiros, com elevação dos prêmios de risco e aumento da volatilidade dos mercados.

No intuito de reduzir a volatilidade da carteira de investimentos e neutralizar o passivo da empresa, o IRB Brasil RE, em dezembro/2013, transferiu todas as NTN-Bs da carteira do Fundo BB Extramercado Exclusivo 22 para a carteira própria do IRB, tendo sido registradas em conta de titularidade do IRB no sistema SELIC e marcadas como "Títulos mantidos até o vencimento". Após zerar a posição em NTN-Bs, tiveram início as mudanças na carteira para a adequação ao novo regulamento do fundo, que deixará de ser Extramercado.

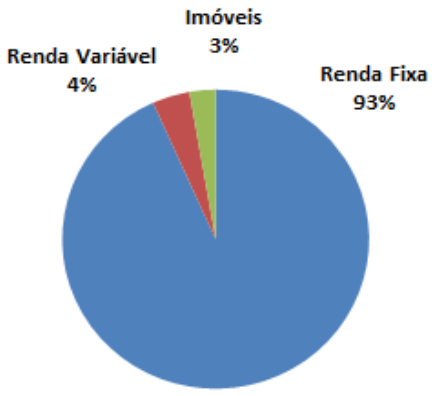
Em atendimento com o IFRS, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Evolução da Carteira de Investimentos (R$ milhões)

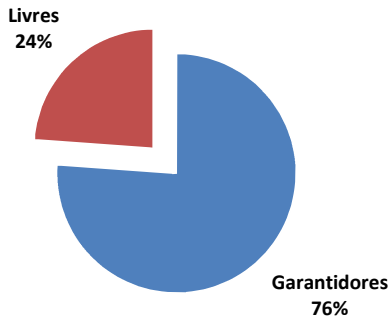


Fonte: IRB Brasil RE

Alocação dos Investimentos - Dezembro de 2013



Alocação dos ativos - Dezembro de 2013



Fonte: IRB Brasil RE

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras, bem como dos demais agentes do mercado, e o apoio decisivo dos segurados na indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção.

Agradecemos, ainda, aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho do IRB Brasil RE.

DIRETORIA EXECUTIVA

Leonardo André Paixão
Presidente

Mario Di Croce
Vice-Presidente Executivo

Carlos Alberto de Paula
Diretor de Pessoas e Marketing

Daniel da Silva Veiga
Diretor Comercial

Francisco Aldenor Alencar Andrade
Diretor de Sinistros

José Farias de Sousa
Diretor de Subscrição

Manoel Morais de Araujo
Diretor Financeiro

Sergio Rosa
Diretor de Tecnologia da Informação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dyogo Henrique de Oliveira
Presidente

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade

Flavio Eduardo Arakaki

CONSELHO FISCAL

Glauben Teixeira de Carvalho
Presidente

Gueitiro Matsuo Genso

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IRB - Brasil Resseguros S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do IRB - Brasil Resseguros S.A. e sua controlada ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IRB - Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da IRB - Brasil Resseguros S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 2.1 e 19.2 às demonstrações contábeis consolidadas, que mencionam que a Resseguradora possui sucursal em Londres que se encontra, atualmente, em processo de descontinuidade ("*run-off*") de suas atividades. A referida sucursal mantém provisões técnicas constituídas em razão de obrigações assumidas até 1982, cujos valores finais podem variar significativamente quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2013	2012 (Reclassificado)
Ativo circulante		9.459.411	8.235.027
Disponível		58.259	28.104
Caixa e bancos	5	58.259	28.104
Aplicações	6	3.484.793	2.790.828
Títulos de renda fixa - privados		297.380	473.403
Títulos de renda fixa - públicos		2.216.188	1.671.233
Títulos de renda variável		210.609	189.003
Aplicações no exterior		796.650	487.260
Outras aplicações			1.361
(-) Provisão para desvalorização		(36.034)	(31.432)
Créditos das operações com resseguro e retrocessões		2.255.335	2.392.014
Operações com seguradoras	7.1	1.768.527	1.745.806
Operações com resseguradoras	7.2	495.461	608.700
Outros créditos operacionais		95.986	117.743
(-) Provisão para riscos de créditos	7.4	(104.639)	(80.235)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		3.410.474	2.986.129
Prêmios - Retrocessão	8.2	686.563	720.436
Sinistros - Retrocessão	8.1	2.710.123	2.256.864
Outras Provisões	8.3	13.788	8.829
Títulos e créditos a receber		249.578	36.732
Títulos e créditos a receber	9	15.483	26.262
Créditos tributários e previdenciários	10.1	231.323	6.043
Outros créditos		2.772	4.427
Despesas antecipadas		972	1.220
Não circulante		2.701.269	3.116.492
Realizável a longo prazo		2.401.894	2.832.790
Aplicações	6	1.697.327	2.142.882
Títulos de renda fixa - públicos		1.505.220	1.948.674
Aplicações no exterior		322.404	365.304
(-) Provisão para desvalorização		(130.297)	(171.096)
Créditos das operações com resseguros e retrocessões			
Operações com seguradoras	7.1	30.281	30.222
(-) Provisão para riscos de crédito	7.4	(30.281)	(30.222)
Títulos e créditos a receber		704.567	689.908
Títulos e créditos a receber	9	25.770	34.335
Créditos tributários e previdenciários	10.1	360.094	384.005
Depósitos judiciais e fiscais	22	309.955	262.820
Outros créditos a receber		45.690	45.690
(-) Provisão para riscos de crédito		(36.942)	(36.942)
Investimentos		227.743	219.943
Investimentos avaliados pelo custo	11	56.743	57.338
Imóveis destinados à renda	12	170.874	161.782
Outros Investimentos		126	823
Imobilizado	13	32.154	30.966
Imóveis		21.998	21.591
Bens móveis		46.515	43.441
Outras imobilizações		2.389	
(-) Depreciação		(38.748)	(34.066)
Intangível	14	39.478	32.793
Total do ativo		12.160.680	11.351.519

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2013	2012 (Reclassificado)
Passivo circulante		8.742.346	8.065.274
Contas a pagar		200.201	172.867
Obrigações a pagar	15	39.894	43.980
Impostos e encargos sociais a recolher		14.762	3.571
Provisões trabalhistas	23	11.013	13.070
Provisões para benefícios pós-emprego	15 e 25.1	32.259	44.339
Provisões para impostos e contribuições	16	102.273	67.907
Débitos de operações com resseguro e retrocessões	17	1.232.787	1.469.994
Operações com seguradoras		336.263	364.507
Operações com resseguradoras		785.163	1.036.365
Corretores de resseguros e retrocessões		32.838	34.043
Outros débitos operacionais		78.523	35.079
Depósitos de terceiros		29.087	64.441
Cobrança antecipada de prêmios	18	29.087	64.441
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		7.280.271	6.357.972
Ramos elementares e vida em grupo		7.280.271	6.357.972
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	1.713.343	1.603.292
Riscos vigentes emitidos		1.079.823	892.272
Riscos vigentes não emitidos		633.520	711.020
Sinistros a liquidar	19.2	4.882.406	4.101.612
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	19.2	647.410	617.728
Outras provisões	19.4	37.112	35.340
Não circulante		750.121	762.946
Exigível a longo prazo		750.121	762.946
Contas a pagar		592.442	599.315
Provisões para Impostos e contribuições	22	213.404	174.586
Provisões para benefícios pós-emprego	15 e 26.1	357.007	424.729
Provisões tributos diferidos	16	21.810	
Outras contas a pagar	15	221	
Débitos das operações com resseguros e retrocessões		816	737
Outros débitos operacionais		816	737
Outros passivos contingentes	22	156.863	162.894
Contingências fiscais		72.605	70.457
Contingências trabalhistas		44.096	54.417
Contingências previdenciárias		37.436	35.289
Outras provisões		2.726	2.731
Patrimônio líquido		2.668.213	2.523.299
Capital social	24.1.1	1.453.080	1.350.000
Reservas de lucros	24.1.2	1.075.677	983.320
Ajustes de avaliação patrimonial	24.2.1	(19.835)	(868)
Ajustes acumulados de conversão	24.2.2	4.188	2.207
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		165.634	188.640
(-) Ações em tesouraria		(10.531)	
Total do passivo e patrimônio líquido		12.160.680	11.351.519

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação

	Nota explicativa	2013	2012 (Reclassificado)
Prêmios emitidos líquidos		2.697.245	2.405.925
Prêmios de resseguros		2.438.184	2.223.470
Retrocessões aceitas		120.303	89.733
Sucursais no exterior		138.758	92.722
Variações das provisões técnicas		(78.871)	(557.896)
Prêmios ganhos	25.1	2.618.374	1.848.029
Sinistros ocorridos	25.2	(2.280.348)	(1.664.491)
Sinistros diretos		(2.374.892)	(1.689.649)
Salvados e ressarcimentos		114.760	64.062
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(20.216)	(38.904)
Custos de aquisição	25.3	(84.802)	(57.260)
Comissões		(84.802)	(57.260)
Outras receitas e despesas operacionais	25.5	(70.024)	90.739
Resultado com retrocessão	25.4	100.915	78.079
Receita com retrocessão		1.213.846	874.342
Despesa com retrocessão		(1.110.700)	(787.116)
Receita com Participação nos Lucros		10.190	622
Salvados e ressarcimentos		(12.421)	(9.769)
Despesas administrativas	25.6	(152.390)	(380.912)
Despesas com tributos	25.7	51.557	(46.428)
Resultado financeiro	25.8	369.747	521.518
Receitas financeiras		1.113.410	803.971
Despesas financeiras		(743.663)	(282.453)
Resultado patrimonial	25.9	56.154	64.599
Receitas com imóveis de renda, líquidas		34.516	63.201
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas		(30.457)	
Outras receitas patrimoniais, líquidas		52.095	1.398
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	25.10	3.109	56.489
Resultado antes de impostos e participações		612.292	510.362
Imposto de renda	25.11	(137.784)	(118.509)
Contribuição social	25.11	(84.407)	(71.432)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(41.397)	76.715
Lucro líquido do período		348.704	397.136
Quantidade de ações ordinárias		1.035.664	500.000
Lucro líquido do período por ação básico e diluído - R$		336,70	378,23

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2013	2012
Lucro líquido do exercício		348.704	397.136
Outros resultado abrangentes			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior			
Diferenças de câmbio originadas no exercício	24.2.2	1.981	1.178
		350.685	398.314
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ganho (perda) líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	24.2.1	(31.612)	9.233
		319.073	407.547
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes	24.2.1	12.645	(3.457)
Total do resultado abrangente do exercício		331.718	404.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Reinvestimento	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ações em tesouraria	Patrimônio liquido dos sócios da controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2012	1.350.000	216.301	660.700	(6.644)	1.029		206.905		2.428.291
Dividendo adicional pago							(206.905)		(206.905)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários				5.776					5.776
Ajustes acumulados de conversão					1.178				1.178
Reversão de reserva			(100.000)			100.000			
Lucro líquido do exercício						397.136			397.136
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício									
Reserva Legal		19.857				(19.857)			
Reserva para reinvestimento			186.462			(186.462)			
Juros sobre o capital próprio (R$ 104,76 por ação preferencial e R$ 95,24 por ação ordinária)						(100.000)			(100.000)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (R$ 2,28 por ação preferencial e R$ 2,07 por ação ordinária)						(2.177)			(2.177)
Dividendos adicionais (R$ 197,62 por ação preferencial e R$ 179,66 por ação ordinária)						(188.640)	188.640		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.350.000	236.158	747.162	(868)	2.207		188.640		2.523.299
Aumento de capital por subscrição de novas ações	103.080								103.080
Ações em tesouraria								(10.531)	(10.531)
Dividendo adicional pago							(188.640)		(188.640)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários				(18.967)					(18.967)
Ajustes acumulados de conversão					1.981				1.981
Reversão de reserva			(80.000)			80.000			
Lucro líquido do exercício						348.704			348.704
Proposta de distribuição do lucro líquido do exercício									
Reserva Legal		17.435				(17.435)			
Reserva para reinvestimento			154.922			(154.922)			
Juros sobre o capital próprio (R$ 77,25 por ação ON e ação Golden Share)						(80.000)			(80.000)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios (R$ 10,34 por ação ON e ação Golden Share)						(10.713)			(10.713)
Dividendos adicionais (R$ 159,93 por ação ON e ação Golden Share)						(165.634)	165.634		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.453.080	253.593	822.084	(19.835)	4.188		165.634	(10.531)	2.668.213

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	2.056.721	1.687.304
Recuperações de sinistros e comissões	349.435	140.202
Outros recebimentos operacionais (Salvados, ressarcimentos e outros)	205.385	137.956
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(1.066.367)	(1.032.232)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(357.047)	(375.705)
Pagamentos de despesas e obrigações	(250.579)	(155.553)
Outros pagamentos operacionais	(587.578)	(148.217)
Recebimento de aluguéis	23.323	20.841
Recebimentos de juros e dividendos	5.160	3.836
Constituição de depósitos judiciais	(43.834)	(27.724)
Caixa gerado pelas operações	334.619	250.708
Impostos e contribuições pagos	(211.952)	(272.651)
Investimentos financeiros		
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(1.804.529)	(1.610.797)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	2.169.991	1.585.625
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	488.129	(47.115)
Atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(294.061)	(43.200)
Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	566.002	125.035
Aplicações de investimentos mantidos até o vencimento	(2.736.769)	(1.880.749)
Vendas e resgates de investimentos mantidos até o vencimento	2.198.209	2.031.547
Pagamento pela compra		
Investimentos		(56.939)
Imobilizado	(6.945)	(4.739)
Intangível	(11.967)	(14.782)
Recebimento pela venda		
Investimentos	3.109	158.002
Imobilizado		21
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(282.422)	314.196
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	103.080	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(277.430)	(305.269)
Aquisição das próprias ações	(10.531)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(184.881)	(305.269)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	20.826	(38.188)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	9.329	(7.916)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	30.155	(46.104)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.104	74.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	58.259	28.104
Diminuição nas aplicações financeiras - recursos livres	(72.371)	(99.135)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais **(continuação)**

	2013	2012
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	348.704	397.136
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	12.585	10.626
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(254)	(20.176)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(3.109)	(56.489)
Outros ajustes	10.986	6.542
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(13.073)	(548.208)
Créditos das operações de seguros e resseguros	137.715	(464.000)
Ativos de retrocessão	(420.480)	(521.910)
Créditos fiscais e previdenciários	(201.369)	(45.536)
Despesas antecipadas	248	(1.054)
Outros ativos	8.925	26.787
Depósitos judiciais e fiscais	(47.135)	(83.542)
Fornecedores	(100.024)	111.985
Impostos e contribuições	118.828	26.979
Débitos de operações com seguros e resseguros	(237.155)	194.809
Depósitos de terceiros	(35.354)	(31.434)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	918.241	940.850
Outros passivos	(4.119)	558
Provisões judiciais	(6.031)	8.962
Caixa líquido gerado pelas operações	488.129	(47.115)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1 Informações gerais

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, está localizada na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro.

Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no País e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de consórcios e fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exploração e agricultura.

O IRB-Brasil Resseguros S.A, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 126/2007, que facultou o ingresso de novas resseguradoras no mercado nacional, esta qualificado como ressegurador local e autorizado a continuar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão, sem qualquer solução de continuidade, independente de requerimentos e autorização governamental. Importante observar que, desde 31 de março de 2011 com a entrada em vigor da alteração promovida na redação do art. 15 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e pela publicação da Resolução CNSP nº 225, em 6 de dezembro de 2010, todos os contratos de resseguro passaram a ter, pelo menos 40% (quarenta por cento) de cada cessão, obrigatoriamente contratados com resseguradores locais.

No âmbito do processo de desestatização do IRB Brasil RE, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que se encontra concluído, já foram realizadas duas assembleias gerais extraordinárias de acionistas (AGE), em 30 de janeiro de 2013 e 7 de junho de 2013, respectivamente, consoante o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Desestatização (CND) nº 03, de 7 de abril de 2011, que retomou o processo, e da Resolução CND nº 03, de 16 de janeiro de 2013, nas quais foram tomadas as seguintes deliberações: (i) conversão de todas as ações preferenciais (PN), atualmente no poder dos acionistas privados, em ordinárias (ON); (ii) concessão de poderes especiais a União, por intermédio da *Golden Share*; (iii) reforma do estatuto social da Companhia e (iv) aumento de capital, com a emissão de 40.000 novas ações, renunciando a União ao direito na referida subscrição.

Em 20 de agosto de 2013, a Assembleia de Acionistas ratificou e homologou o efetivo aumento de capital e realizou a consolidação do estatuto social da Resseguradora. Tais deliberações foram tratadas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de junho de 2013 e possuíram seus efeitos aprovados pela portaria SUSEP nº 5525, de 12 de setembro e 2013.

A conclusão do processo de desestatização deu-se com o registro de todos os atos societários relativos à reestruturação societária na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, com o marco representado pela obtenção da manifestação da Junta Comercial do registro do novo Estatuto Social e das demais mudanças societárias decorrentes do referido processo a partir de 1º de outubro de 2013, data em que se obteve a referida manifestação.

Em 31 de dezembro de 2013, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A encontrava-se na posição de líder e detentor de aproximadamente 35% de "*Market share*" de resseguros no Brasil e manteve seu foco de atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis consolidadas foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Resseguradora em 14 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

O IRB-Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade "*run-off*", e outra sucursal na Argentina que teve início de operação em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais da Companhia, sendo os mesmos também auditados pela PricewaterhouseCoopers.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada, localizada nos Estados Unidos da América, que se encontra em processo de *"run-off"*. As informações sobre a controlada estão apresentadas conforme abaixo:

	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries
Percentual de participação no capital social	100%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000
Ativo	49.993
Passivo circulante e não circulante	(33.145)
Patrimônio líquido no fim do exercício	16.848
Prejuízo do exercício	(583)

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento.
- BB Extramercado Exclusivo 22 Fundo de Investimento Renda Fixa.
- Bradesco Extramercado Exclusivo 22 Fundo de Investimento Renda Fixa.
- Harbor - Fundos de Investimentos em Ações.
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX - 50.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar sua controlada e os referidos fundos.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em " Receitas e despesas financeiras " no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extinguem ou expiram. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, contratos futuros de taxa de juros e de índices.

Não houve contratações de operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício coberto por estas demonstrações contábeis consolidadas.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Imóveis	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	20	5
Veículos	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.10 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o *International Accounting Standard* (IAS) 17. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o IAS 40) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo IFRS como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.12 Provisões

(a) Provisões técnicas

As provisões técnicas sobre as operações de resseguro estão demonstradas brutas no passivo em "Provisões Técnicas - Resseguros" e parcela das provisões técnicas cujo risco foi repassado em operações de retrocessão, estão demonstradas brutas no ativo em "Ativos de retrocessões - provisões técnicas", bem como a criação de novos grupamentos de "Ativos de Retrocessões - Provisões Técnicas" e "Resultado com Retrocessão", na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro e de retrocessão que passam a ser apresentados líquidos de suas respectivas comissões. O mesmo tratamento foi dispensado para a Provisão de Prêmios Não Ganhos de resseguro e retrocessão, que passa a ser apresentada líquida de seus respectivos custos de aquisições diferidos.

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos dos contratos facultativos é constituída pela parcela dos prêmios emitidos, correspondentes aos exercício de risco não decorridos dos contratos. Tem por objetivo estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada risco. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo que este montante é apurado a partir da combinação de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial, e apuração operacional.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém ainda o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data base de cálculo.

- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

- A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.

- A provisão de despesas relacionadas (PDR), refere-se às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência dos montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos. No entanto, de acordo com os termos da referida Circular, os saldos destes passivos serão apresentados a partir das demonstrações contábeis consolidadas do fechamento do exercício, se verificada sua necessidade.

(b) Teste de adequação de passivos (*Liability adequacy test* - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. Este teste é estabelecido pelo IFRS 4.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, gerando análise mais granular do que a mínima indicado pela circular, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Foram considerados os contratos de resseguro vigentes em 31 de dezembro de 2013 até o seu fim de vigência, não sendo consideradas renovações automáticas ou quaisquer novos contratos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2013 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil-Re acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Essa análise contemplou todos os processos encerrados cuja abertura aconteceu no exercício de janeiro de 2000 a dezembro de 2013. Tais percentuais, calculados por probabilidade de perda, foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada exercício. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo exercício médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

Em caso de superávit (excedente do valor justo dos ativos do plano sobre o valor presente de uma obrigação de benefício definido) o respectivo ativo não é reconhecido porque não há previsão no estatuto do plano patrocinado pela Companhia de utilização do excedente para gerar benefícios futuros na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro.

(b) Outras obrigações pós-emprego

O IRB Brasil RE oferece benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado na Companhia até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o exercício do emprego, usando a mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício contábil. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações da Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.16 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis consolidadas, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no Patrimônio Líquido.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.18 Despesa com comissões

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

2.19 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo IFRS. A partir de 2013, os itens do resultado abrangente passaram a ser apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.20 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013.

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito no item (a) abaixo, as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) abaixo, as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) abaixo, as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) abaixo e as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercício futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 4.9, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 26.

(f) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

4 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A atividade de supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE é feita pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos. Após revisão, ocorrida em dezembro de 2013, foi confirmada a classificação A- (excelente) pela agência de *rating* A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, uma capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la. Para tratamento desses riscos, a Companhia se utiliza de diversas metodologias e estratégias, tais como o Balanced Scorecard (BSC), o desenvolvimento de um Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, a criação de um Plano de Gestão de Risco - voltado para a identificação, análise, mensuração, tratamento e reporte, com foco em riscos operacionais -, o tratamento de incidentes operacionais, o monitoramento do risco de crédito de contrapartes e do VaR (Value at Risk) da carteira de investimentos, dentre outros.

4.2 Riscos de subscrição

O risco de Subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas. Como forma de reduzir a exposição ao risco, o IRB Brasil RE trabalha com um portfólio diversificado de carteiras de resseguros. Além disso, a evolução dos riscos é monitorada, assim como é realizada a revisão constante das premissas atuariais e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos e acompanhamento das provisões técnicas.

4.2.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) brutos e líquidos por linhas de negócio.

	Passivos de resseguro		Ativos de retrocessão	
Grupo	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Patrimonial	2.713.370	2.165.225	(1.451.836)	(1.302.958)
Riscos especiais	405.415	243.574	(309.354)	(187.207)
Responsabilidades	657.922	767.850	(259.213)	(297.806)
Cascos	534.834	418.311	(465.052)	(310.549)
Automóvel	231.291	260.834	(5.356)	(4.907)
Transportes	303.883	328.242	(168.898)	(164.038)
Riscos financeiros	734.746	598.317	(417.583)	(320.168)
Crédito	19.519	68.355	(14.937)	(25.593)
Pessoas	150.247	219.902	(36.774)	(71.877)
Habitacional	70.066	74.709	(995)	(230)
Rural	400.635	334.597	(99.922)	(157.406)
Marítimos	99.524	86.822	(31.576)	(27.029)
Aeronáuticos	187.225	180.564	(64.948)	(103.160)
Run-off (Londres)	174.426	198.258		
Outros	597.168	412.411	(84.030)	(13.201)
	7.280.271	6.357.971	(3.410.474)	(2.986.129)

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros Brutos de Retrocessão

- **Bruto de retrocessão**

Ano de subscrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa de sinistros acumulados								
No final ano de subscrição	720.059	777.939	738.882	340.142	200.595	342.520	1.107.829	
Um ano depois	2.654.451	1.782.336	1.241.026	845.278	516.906	975.304		
Dois anos depois	2.634.264	1.833.735	1.374.800	750.949	765.358			
Três anos depois	2.616.710	1.858.580	1.433.714	682.091				
Quatro anos depois	2.842.356	2.180.920	1.391.459					
Cinco anos depois	3.310.992	2.043.347						
Seis anos depois	3.715.642							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	3.715.642	2.043.347	1.391.459	682.091	765.358	975.304	1.107.829	10.681.030
Pagamentos acumulados até a data base	3.333.672	1.781.025	1.258.320	562.348	382.544	384.292	188.317	7.890.518
Passivo reconhecido no balanço	381.972	262.323	133.138	119.743	382.814	591.012	919.510	2.790.512
Passivo em relação a anos anteriores a 2007								1.744.702
IBNER								347.192
Total do passivo incluso no balanço (*)								4.882.406

(*) A análise apresentada não considera a provisão de sinistros a liquidar da sucursal Londres.

- **Líquido de retrocessão**

Ano de subscrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Estimativa de sinistros acumulados								
No final do ano de subscrição	391.819	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	
Um ano depois	1.689.640	1.088.423	835.580	648.986	283.846	588.287		
Dois anos depois	1.912.946	1.209.256	1.051.953	550.314	346.747			
Três anos depois	1.992.197	1.237.117	1.052.361	471.303				
Quatro anos depois	2.075.394	1.380.918	1.011.430					
Cinco anos depois	2.339.360	1.378.820						
Seis anos depois	2.259.233							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	2.259.233	1.378.820	1.011.430	471.303	346.747	588.287	713.804	6.769.624
Pagamentos acumulados até a data base	2.165.889	1.269.724	965.174	413.631	244.477	216.154	147.959	5.423.008
Passivo reconhecido no balanço	93.344	109.096	46.256	57.672	102.270	372.133	565.845	1.346.616
Passivo em relação a anos anteriores a 2007								872.740
IBNER								188.539
Total do passivo incluso no balanço								2.407.895

4.2.2 Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e patrimônio líquido, considerando um aumento de 10% (dez por cento) na sinistralidade.

Efeitos brutos	**Impacto**
Resultado e patrimônio líquido	(167.152)
Resultado (%)	(48,14)
Patrimônio líquido (%)	(6,26)

Efeitos líquidos	**Impacto**
Resultado e patrimônio líquido	(75.306)
Resultado (%)	(21,69)
Patrimônio líquido (%)	(2,82)

Os estudos de desenvolvimento dos passivos e de ALM identificaram que, devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Os mesmos estudos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, que estão cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse índice.

4.3 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, e que pode refletir na redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco proveniente dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas por sua Administração, objetivando a gestão dos riscos oriundos daquelas variáveis. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: definição de limites máximos de VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse; monitoramento de mercado; e gestão preventiva de perdas.

4.3.1 Análise de *Value at Risk*

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições compensatórias e correlações entre os produtos e o mercado. O VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora, registrado em 31 de dezembro de 2013, foi de R$ 9.900 milhões, o que representa uma perda de 0,18% do total da carteira de ativos, segundo o método não-paramétrico - VaR diário histórico, com nível de significância de 5% e janela de observação móvel de 150 dias úteis.

4.3.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Resseguradora está exposta principalmente à moeda dos Estados Unidos da América, havendo, contudo, exposição em menor grau ao Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação do câmbio para as duas moedas, considerando a projeção do dólar dos Estados Unidos para 31 de dezembro de 2014, apresentada pelo Relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 3 de janeiro de 2014 (R$ 2,34/US$ 1,00), e, para o Euro, optou-se por aplicar o mesmo percentual de variação do dólar, o que representa os cenários mais prováveis:

	Cenário provável - 31 de dezembro de 2014
Variação no excedente em dólar	28.870
Variação no excedente em euros	969

Consoante o cenário acima destacado, conclui-se que a valorização da moeda dólar convergiria em um excedente positivo para a Companhia. Considerando o mesmo movimento para a moeda Euro, haveria um excedente positivo. A consolidação dos excedentes, neste cenário, resultaria em um ganho financeiro não material.

4.3.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação de 1% (100bp) na taxa básica Selic:

	2013	
	Impactos +1%	**Impactos -1%**
Variação nos títulos pré-fixados	(11.275)	11.416
Variação nos títulos pós-fixados	26.896	(26.896)
Resultado	15.621	(15.480)

	2012	
	Impactos +1%	**Impactos -1%**
Variação nos títulos pré-fixados	(12.703)	11.634
Variação nos títulos pós-fixados	11.217	(10.086)
Resultado	(1.486)	1.548

Parâmetros:

(a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2013.
(b) Assumindo por conservadorismo que a taxa de juros real (cupom NTN-B) evoluiu proporcionalmente à taxa Selic.

Após análise, conclui-se que a sensibilização à taxa de juros em 100bps implica uma variação no valor dos títulos expostos de cerca de -0,39% para a diminuição da taxa e 0,39% para o aumento da taxa.

4.3.4 Gestão dos riscos correlacionados

A Companhia considera que as variáveis econômicas não têm movimento independente, havendo correlação entre os principais fatores de risco associados aos investimentos. Considerando tais variáveis, bem como suas correlações, concluiu-se que os riscos associados são parcialmente mitigados, já que as variáveis analisadas atuam em movimento compensatório, podendo gerar uma perda máxima de 9% no período analisado. Quanto aos cenários de estresse analisados, considerando grandes crises mundiais ocorridas nos últimos quinze anos, concluiu-se que a perda máxima de sua carteira seria de 10,3%.

4.4 Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito - risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais com perdas financeiras - são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é continuamente monitorada, sendo controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Faixa de *rating*	**% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor**
AAA ou equivalente	
AA ou equivalente	44,44
A ou equivalente	44,44
Ressegurador local sem *rating*	11,12
	100

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia esta exposta a concentração de risco com resseguros, devido a natureza do mercado de resseguro, abaixo seguem as classificações de risco por *aging*.

	2013						
		Ativos vencidos e não "impaired"					
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**Ativos não vencidos e não "impaired"**	**0 a 30 dias**	**31 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor contábil**	**Saldo contábil 31 de dezembro de 2012**
Caixa e equivalente de caixa	58.259					58.259	28.104
Ao valor justo por meio do resultado							
Públicos		523.478	1.126		526.913	1.051.517	1.860.236
Privados	540.161					540.161	27.339
Disponíveis para venda							
Públicos			324.229	795.903	1.345.167	2.465.299	2.422.077
Exterior	4.406		3.317	2.960	38.351	49.034	157.350
Mantido até o vencimento							
Exterior		497.220	200.857	64.223	313.809	1.076.109	466.708
Prêmios a receber de seguradora e ressegudarora	1.896.577	86.238	153.799	137.933	115.708	2.390.255	2.502.471
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	2.499.403	1.106.936	683.328	1.001.019	2.339.948	7.630.634	7.464.285

4.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, é utilizado um modelo que combina as necessidades de captação com a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

4.6 Contratos futuros de moedas

						2013	2012
	Zero a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Cinco a dez anos	Acima de dez anos	Valor contábil	Valor contábil
Passivos de resseguro (provisões técnicas)	4.117.249	1.578.395	462.897	847.967	272.069	7.280.271	6.357.972
PSL Total	2.290.546	1.014.579	358.298	700.192	171.599	4.535.214	3.733.522
PPNG RVE	698.679	377.349	3.784	11		1.079.823	892.272
PPNG RVNE	93.302	2.133				95.435	179.492
PPNG-EPI	509.984	28.101				538.085	531.527
IBNR + IBNER	509.459	137.077	100.035	146.252	101.779	994.602	985.819
PET	10.325	16.985				27.310	35.340
PDR	4.954	2.171	780	1.512	385	9.802	

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

4.7 Contratos futuros de taxa de juros

Renda fixa

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía a totalidade das cotas do Fundo de Investimento BB Extramercado Exclusivo 22 e participação nas cotas do fundo FAE2 - Renda Fixa. Os gestores dos fundos podem adotar como política de hedge a utilização de instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de proteger o valor patrimonial em relação a movimentos inesperados nas taxas de juros. Ambos os fundos não possuíam operações com contratos futuros de taxa de juros na referida data.

4.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

(a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

(b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

4.9 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

(a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

(c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

		2013	2012
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de empresas nacionais	Nível 1	210.609	189.003
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	1.267	0
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	811.748	667.872
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	218.818	553.304
Operações compromissadas	Nível 1		
Títulos de governos estrangeiros	Nível 1	19.824	
Cotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	Nível 1	297.380	450.057
Cotas de Fundos de Investimentos no exterior	Nível 2	32.031	27.339
		1.591.677	1.887.575
Ativos financeiros disponíveis para venda			
American Depositary Receipts - ADR	Nível 1	4.195	5.171
Títulos da dívida soberana	Nível 1	112.513	108.840
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	119.597	
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	2.233.189	2.422.077
Papéis de renda fixa	Nível 2	30.633	29.460
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 2	6.367	5.587
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 2	1.948	2.012
Non-U.S.Government	Nível 2	175	157
Securities issued by states and territories	Nível 2	0	133
Corporate securities	Nível 2	5.507	5.430
Short-term investiments	Nível 1	210	560
		2.514.334	2.579.427
		4.106.011	4.467.002

4.10 Capital mínimo e adicional

O CNSP, em 30 de janeiro de 2013, publicou novas regulamentações com respeito ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e capital de risco, consubstanciadas nas Resoluções CNSP nº 282 e 283/2013. As principais alterações promovidas foram as seguintes:

1 O capital adicional para risco passa a se chamar "capital de risco".

2 O capital base (montante fixo no valor de R$ 60.000) para resseguradores passa a ser alternativo e não suplementar ao capital de risco.

3 Introdução do capital de risco operacional.

4 Foi facultada a apresentação de modelo próprio de capital de risco de mercado à SUSEP.

Continuam em vigor, para efeito do cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, as Resoluções CNSP nº 280/2013 e Circulares SUSEP nº 414/2010, bem como a Resolução CNSP nº 228/2010 para o capital de risco baseado no risco de crédito. O capital de risco baseado em risco operacional, regulamentado pela Resolução CNSP nº 283/2013, é determinado pela ponderação de valores de prêmios, sinistros e provisões técnicas.

O IRB Brasil RE, em 31 de dezembro de 2013, não havia submetido modelo próprio de capital de risco de mercado para a aprovação da SUSEP. Consideram-se, para efeitos das citadas resoluções, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base, o capital de risco, e a margem de solvência.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Margem de solvência: o maior dentre os seguintes valores: (a) 20% (vinte por cento) do total de prêmios retidos nos últimos 12 (doze) meses; e (b) 33% (trinta e três por cento) da média anual do total dos sinistros retidos nos últimos 36 (trinta e seis) meses.

4.10.1 Cálculo do capital adicional

O cálculo efetuado pelo IRB Brasil RE, conforme disposto nas citadas resoluções, não identificou a necessidade de aporte adicional de capital. Com data base em 31 de dezembro de 2013, observou-se que o valor do patrimônio líquido ajustado é superior ao valor do capital mínimo requerido

	2013	2012
Capital de risco baseado em risco de subscrição	374.162	203.105
Capital de risco baseado em risco de crédito	324.721	260.332
Capital de risco baseado em risco operacional	29.802	
Capital de risco total (*)	635.557	402.367
Margem de solvência	294.711	292.286
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido	635.557	462.367
Patrimônio líquido ajustado (**)	2.520.623	2.404.354
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	1.885.066	1.941.987

(*) Valor obtido por ponderação.

(**) Cálculo do patrimônio líquido ajustado:

	2013	2012
Patrimônio líquido	2.668.213	2.523.299
Deduções		
Despesas antecipadas	(972)	(1.220)
Participações societárias	(73.591)	(71.624)
Intangíveis	(39.478)	(32.793)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(33.499)	(13.259)
Outras deduções	(50)	(49)
Patrimônio líquido ajustado	2.520.623	2.404.354

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	2013	2012
Caixa	12	
Conta corrente bancária país	10.985	3.110
Conta corrente bancária exterior	47.262	24.994
Patrimônio líquido ajustado	58.259	28.104

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	2013							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privado								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	297.380	297.380					7,16	297.380
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i)	1.267	1.267	2.233.110	2.233.189			8,20	2.234.456
Letras do Tesouro Nacional	826.124	811.748						811.748
Notas do Tesouro Nacional - Série B			134.638	119.597	336.789	336.789	(0,64)	456.386
Notas do Tesouro Nacional	233.899	218.818						218.818
Títulos de Renda Variável								
Ações de empresas nacionais	210.609	210.609					4,12	210.609
	1.569.279	1.539.822	2.367.748	2.352.786	336.789	336.789		4.229.397
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	32.031	32.031					15,37	32.031
American Deposits Receipt (ii)			14.070	4.195			(18,86)	4.195
Títulos da Dívida Soberana (ii)	20.505	19.824	119.814	112.513			14,05	132.337
Brazilian Corporate Bonds (iii)					39.889	39.889	18,13	39.889
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv)					1.687	1.354	1,16	1.354
Papéis de renda fixa (HSBC)			31.553	30.633			(2,25)	30.633
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)					698.077	698.077	15,45	698.077
Depósito à Prazo Fixo no Exterior - Econômico					129.963			
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.			6.350	6.367				6.367
Obligations of U.S. Government corporations and agencies			1.951	1.948				1.948
Non-U.S.Government			174	175				175
Corporate securities			5.507	5.507				5.507
Short-term investiments			210	210				210
	52.536	51.855	179.629	161.548	869.616	739.320		952.723
	1.621.815	1.591.677	2.547.377	2.514.334	1.206.405	1.076.109		5.182.120
%		31%		48%		21%		100%
Circulante	1.621.815	1.591.677		1.130.816		762.300		3.484.793
Não circulante				1.383.518		313.809		1.697.327

	2012							
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento			
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Taxa média de juros - %	Total
Títulos de Renda Fixa - Privado								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	449.713	450.057					9,17	450.057
Títulos de Renda Fixa - Públicos							8,50	
Letras Financeiras do Tesouro (i)			2.425.734	2.422.077				2.422.077
Letras do Tesouro Nacional	656.975	667.872						667.872
Notas do Tesouro Nacional	516.139	553.304						553.304
Títulos de Renda Variável								
Ações de Empresas Nacionais	183.934	189.003	12.490				8,80	189.003
	1.806.760	1.860.236	2.438.224	2.422.077				4.282.313
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	27.339	27.339						27.339
American Deposits Receipt (ii)			12.273	5.171			(14,64)	5.171
Títulos da Dívida Soberana (ii)			94.200	108.840			24,17	108.840
Brazilian Corporate Bonds (iii)			31.432		45.501	45.501	13,71	45.501
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv)					1.659	1.251	19,24	1.251
Papéis de renda fixa (HSBC)			29.437	29.460				29.460
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.			5.493	5.587				5.587
Obligations of U.S. Government corporations and agencies			1.947	2.012				2.012
Non-U.S. Government			156	157				157
Securities is sued by states and territories			133	133				133
Corporate securities			5.289	5.430				5.430
Short-term investments			560	560				560
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)					638.399	418.595	10,43	418.595
Outras Aplicações (vii)					1.361	1.361		1.361
	27.339	27.339	180.920	157.350	686.920	466.708		651.397
	1.834.099	1.887.575	2.619.144	2.579.427	686.920	466.708		4.933.710
%		38%		52%		10%		100%
Circulante		1.887.575		483.297		419.956		2.790.828
Não Circulante				2.096.130		46.752		2.142.882

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtido através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADR's)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) *Brazilian Corporate Bonds*

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) *Corporate Bonds*

Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) *Depósitos a prazo fixo no exterior*

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	2013				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Privado					
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	297.380				297.380
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro (i)		1.267			1.267
Letras do Tesouro Nacional		476.099		335.649	811.748
Notas do Tesouro Nacional		47.379		171.439	218.818
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	210.609				210.609
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos				19.824	19.824
Títulos da Dívida Soberana		32.031			32.031
	507.989	556.776		526.912	1.591.677
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro (i)		324.229	795.903	1.113.057	2.233.189
Notas do Tesouro Nacional				119.597	119.597
Aplicações no Exterior					
American Depositary Receipts (ii)	4.195				4.195
Títulos da Dívida Soberana				112.513	112.513
Papéis de renda fixa (HSBC)		2.687	2.211	25.735	30.633
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)					
Depósito à Prazo Fixo no Exterior - Econômico					
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.			238	6.129	6.367
Obligations of U.S. Government corporations and agencies				1.948	1.948
Non-U.S.Government				175	175
Corporate securities		631	512	4.364	5.507
Short-term investiments	210				210
	4.405	327.547	798.864	1.383.518	2.514.334
Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - Série B			64.223	272.566	336.789
Aplicações no Exterior					
Brazilian Corporate Bonds (iii)				39.889	39.889
Corporate Bonds - Nova Iorque *(iv)*				1.354	1.354
Depósito à Prazo Fixo no Exterior		698.077			698.077
		698.077	64.223	313.809	1.076.109

	2012			
	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado				
Títulos de Renda Fixa - Privado				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	450.057			450.057
Títulos de Renda Fixa - Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (i)				
Letras do Tesouro Nacional	667.872			667.872
Notas do Tesouro Nacional - Série B				
Notas do Tesouro Nacional	553.304			553.304
Títulos de Renda Variável				
Ações de empresas nacionais	189.003			189.003
Aplicações no Exterior				
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	27.339			27.339
	1.887.575			1.887.575
Disponível para venda				
Títulos de Renda Fixa - Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (i)	473.403		1.948.674	2.422.077
Aplicações no Exterior				
American Depositary Receipts (ii)	5.171			5.171
Títulos da Dívida Soberana (ii)			108.840	108.840
Papéis de renda fixa (HSBC)	1.775	1.435	26.250	29.460
Títulos do Tesoura Americano				
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.			12.366	12.366
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	663			663
Non-U.S. Government	157			157
Securities is sued by states and territories	133			133
Short-term investments	560			560
	481.862	1.435	2.096.130	2.579.427
Mantidos até o vencimento				
Aplicações no Exterior				
Brazilian Corporate Bonds (iii)			45.501	45.501
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv)			1.251	1.251
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	418.595			418.595
Outras aplicações	1.361			1.361
	419.956		46.752	466.708

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.887.575	2.579.427	466.708	4.933.710
Aplicações	1.804.529	294.061	2.736.769	4.835.359
Rendimento resgate	(169.793)	(38.132)	(4)	(207.929)
Principal resgate	(2.000.198)	(527.870)	(2.198.205)	(4.726.273)
Resultado financeiro	69.564	157.933	6.339	233.836
Ajuste a valor de mercado		(31.944)		(31.944)
Oscilação cambial		80.858	64.502	145.360
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.591.677	2.514.334	1.076.109	5.182.120
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.660.745	2.404.921	541.269	4.606.935
Aplicações	1.610.798	43.200	1.880.749	3.534.747
Rendimento resgate	(16.527)	(26.038)	(87.629)	(130.194)
Principal resgate	(1.568.383)	(98.997)	(1.943.918)	(3.611.298)
Resultado financeiro	200.235	238.534	49.454	488.223
Ajuste a valor de mercado		9.233		9.233
Oscilação cambial	707	8.851	26.783	36.341
Outros pagamentos		(277)		(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.887.575	2.579.427	466.708	4.933.710

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	2013	2012
Operações com seguradoras (7.2.1)	1.798.808	1.776.028
Operações com resseguradoras (7.2.2)	495.461	608.700
Outros créditos operacionais	95.986	117.743
Provisão de créditos com liquidação duvidosa (7.4)	(134.920)	(110.457)
Circulante	2.255.335	2.392.014

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	788.390	617.558	343.273	26.807	1.776.028
Prêmios a receber	1.840.141				1.840.141
Recebimentos	(1.760.573)	(15.722)	(145.062)		(1.921.357)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros				93.357	93.357
Variação cambial	228	8.926	239	1.246	10.639
Saldos em 31 de dezembro de 2013	868.186	610.762	198.450	121.410	1.798.808
Circulante					1.768.527
Não circulante					30.281
					1.798.808

Operações com seguradoras	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	876.997		433.424	100.083	1.410.504
Prêmios a receber	640.309	617.558	343.273		1.601.140
Recebimentos	(712.847)		(433.694)		(1.146.541)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros				(69.647)	(69.647)
Variação cambial	(16.069)		270	(3.629)	(19.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	788.390	617.558	343.273	26.807	1.776.028
Circulante					1.745.806
Não circulante					30.222
					1.776.028

(i) Saldo integralmente provisionado (7.4).

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Prêmio efetivo	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	507.853	100.847		608.700
Prêmios a receber	130.538			130.538
Recebimentos	(419.838)			(419.838)
Recuperação de sinistros		181.041		181.041
Variação cambial	(6.259)	1.279		(4.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	212.294	283.167		495.461
Circulante				495.461

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

Aging	Total
A vencer	854.623
Vencidos até 30 dias	85.304
Vencidos entre 31 e 60 dias	67.678
Vencidos entre 61 e 120 dias	51.203
Vencidos entre 121 e 180 dias	34.918
Vencidos entre 181 e 365 dias	137.933
Vencidos acima de 365 dias	115.708
Sem vencimentos (*)	1.042.888
	2.390.255

(*) Composto, basicamente, pelos prêmios de resseguros estimados, no montante de R$ 809.212.

Parte das contas a receber vencidos e a vencer, no valor de R$ 444.979, são referentes a operações com seguradoras e resseguradoras que não possuem histórico de inadimplência e cujo pagamento está em fase de negociação. Para o saldo remanescente vencido e a vencer, no valor de R$ 902.388, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$ 134.920, considerando a utilização de metodologia própria pela Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócio por origem e atuação país e exterior, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

7.4 Provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2013	2012
Saldo no início do exercício	(110.457)	(147.375)
Reversão (constituição) de provisão ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	(24.463)	36.918
Saldo no final do exercício	(134.920)	(110.457)
Circulante	(104.639)	(80.235)
Não circulante	(30.281)	(30.222)
	(134.920)	(110.457)

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas

A Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores referentes a provisões técnicas desta natureza sofreram reclassificações e alterações em sua forma de apresentação. Na estrutura patrimonial, o grupamento referente à "Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados" (IBNER) foi aglutinado no grupamento "Sinistros pendentes de pagamento", no ativo.

8.1 Composição

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	2013		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	1.077.139	64.939	1.142.078
Riscos especiais	100.310	3.695	104.005
Responsabilidades	186.743	19.250	205.993
Cascos	447.205	15.769	462.974
Automóveis	1.327	1.058	2.385
Transportes	141.565	16.689	158.254
Riscos financeiros	326.229	63.113	389.342
Crédito	10.974	3.198	14.172
Pessoas	23.972	7.723	31.695
Habitacional	699	290	989
Rural	44.573	34.972	79.545
Marítimos	23.740	627	24.367
Aeronáuticos	31.985	2.617	34.602
Outros	58.050	1.672	59.722
	2.474.511	235.612	2.710.123

	2012		
Grupo de Ramos	**Sinistros pendentes de pagamento**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**	**Total**
Patrimonial	923.240	81.195	1.004.435
Riscos especiais	69.609	3.292	72.901
Responsabilidades	203.449	32.782	236.231
Cascos	291.605	15.934	307.539
Automóveis	1386	1.730	3.116
Transportes	119.452	17.124	136.576
Riscos financeiros	238.318	48.504	286.822
Crédito	17.254	6.119	23.373
Pessoas	37.274	23.744	61.018
Habitacional	200	25	225
Rural	24.893	4.429	29.322
Marítimos	17.037	760	17.797
Aeronáuticos	72.143	146	72.289
Outros	5.052	168	5.220
	2.020.912	235.952	2.256.864

8.1.1 Movimentação

	2013	
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.020.912	235.952
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(1.526.769)	(56.987)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	1.980.368	56.647
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.474.511	235.612

	2012	
	Sinistros pendentes de pagamento	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.761.963	186.805
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(742.538)	(10.821)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	1.001.487	59.968
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.020.912	235.952

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

	2013						
	Provisão de prêmios não ganhos			**Custos de aquisição diferidos**			
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	236.361	84.512	17.429	(23.386)	(8.012)	(1.983)	304.921
Riscos especiais	176.624	34.234	11.897	(14.850)	(1.712)	(1.146)	205.047
Responsabilidades	41.925	18.400	1.161	(6.548)	(3.037)	(89)	51.812
Cascos	84		748			(21)	811
Automóveis	2.636	478	75	(184)	(34)	(3)	2.968
Transportes	8.839	872	1.399	(304)	(162)	(5)	10.639
Riscos financeiros	19.140	7.715	7.506	(2.965)	(3.080)	(1.599)	26.717
Crédito			695			(13)	682
Pessoas	684		201			(10)	875
Habitacional	3						3
Rural	26.543	287	29	(6.417)	(66)	(8)	20.368
Marítimo	3.816	3.536	75	(38)	(180)	(1)	7.208
Aeronáutico	17.577	11.798	1.665	(166)	(590)	(79)	30.205
Outros	24.187	2.166		(1.552)	(494)		24.307
	558.419	163.998	42.880	(56.410)	(17.367)	(4.957)	686.563

	2012						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	231.205	68.527	26.548	(12.381)	(12.893)	(3.234)	297.772
Riscos especiais	103.722		20.470	(8.240)	(348)	(1.298)	114.306
Responsabilidades	44.845	27.094	2.197	(7.161)	(5.110)	(290)	61.575
Cascos	115		2.970	(105)		14	2.994
Automóveis	1.572	393	163	(316)	(27)	5	1.790
Transportes	24.742	6.483	1.131	(3.873)	(977)	(60)	27.446
Riscos financeiros	26.614	13.298	6.939	(9.460)	(5.717)	(1.466)	30.208
Crédito			2.708	(38)		(475)	2.195
Pessoas	1.597		4.849			(468)	5.978
Habitacional		6			(2)	1	5
Rural	68.711	100.101	2.182	(18.439)	(24.405)	(64)	128.086
Marítimo	7.158	3.892	87	(965)	(938)	(3)	9.231
Aeronáutico	28.565	1.145	3.510	(1.994)	(286)	(70)	30.870
Outros	9.887			(1.175)	(732)		7.980
	548.733	220.939	73.754	(64.147)	(51.435)	(7.408)	720.436

8.2.1 Movimentação

	2013					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	548.733	220.938	73.756	(64.147)	(51.435)	(7.409)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(247.939)	(210.901)	(33.673)	90.806	46.072	7.920
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	257.625	153.961	2.797	(83.069)	(12.004)	(5.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	558.419	163.998	42.880	(56.410)	(17.367)	(4.957)

	2012					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	477.700		111.005	(73.484)		(11.500)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(288.070)	(46.747)	(351.976)	75.083	16.776	89.183
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	359.103	267.685	314.727	(65.746)	(68.211)	(85.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	548.733	220.938	73.756	(64.147)	(51.435)	(7.409)

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	2013	2012
Patrimonial	4.838	752
Riscos especiais	301	
Responsabilidades	1.409	
Cascos	1266	16
Automóveis	4	2
Riscos financeiros	1.524	3.136
Transportes	6	16
Crédito	83	26
Pessoas	4.204	4.881
Habitacional	3	
Rural	10	
Aeronáuticos	140	
	13.788	8.829

9 Títulos e créditos a receber

	2013	2012
Circulante		
Valores a receber de shopping centers	6.195	10.607
Tributos a recuperar sobre comissões de corretagem		6.142
Valores a receber de acordos judiciais (**)	8.077	3.793
Dividendos a receber		1.058
Valores a receber - despesas médicas/INSS/aposentados	531	1.918
Adiantamento a funcionários	357	912
Outros	3.095	6.259
Total circulante	18.255	30.689
Não circulante		
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	14.376	14.350
Valores a receber de acordos judiciais (**)	11.394	19.985
Total não circulante	25.770	34.335
	44.025	65.024

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta da ação decorrente de demanda relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10 Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	2013	2012
Circulante		
Antecipações IRPJ e CSLL	74	320
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	223.283	1.940
Imposto de renda retido na fonte	7.853	3.783
Impostos a compensar/recuperar	113	
	231.323	6.043
Não circulante		
Créditos tributários diferenças temporárias	360.094	384.005
Total	591.417	390.048

(*) O saldo de 2013 é composto, basicamente, pelos pagamentos a maior referentes a PIS (R$ 33.568) e Cofins (R$ 189.714), oriundos da ação de alargamento de base , cujo o transito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013 (Nota 22.3.4). Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de calculo.

10.1.1 Demais créditos tributários

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Créditos tributários diferenças temporárias				
Provisões trabalhistas (a)	388.853	388.853	463.634	463.634
Provisão para desvalorização do investimento (b)	183.445	183.445	161.804	161.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	147.676	147.676	128.504	128.504
Provisão para contingências fiscais e previdenciarias (d)	155.365	155.365	143.289	143.289
Ajuste a valor de mercardo - Títulos disponíveis para venda	33.058	33.058		
Provisão para contingências trabalhistas (d)	46.987	46.987	59.744	59.744
Outras provisões	54	54	3.039	3.039
Base de cálculo	955.438	955.438	960.014	960.014
Alíquota	25%	15%	25%	15%
Crédito tributário diferenças temporárias	238.860	143.316	240.003	144.002
Provisão para perda sobre as realizações de créditos tributários acima 10 anos	(13.801)	(8.280)		
Total créditos tributários sobre diferenças temporárias	225.059	135.036	240.003	144.002

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.

(a) A consumação do crédito tributário está baseado no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas, prevista para 52 anos. Constituiu provisão para perda de impostos diferidos sobre a realização do crédito tributário superior a 10 anos.

(b) A realização do crédito tributário sobre a provisão para desvalorização de Investimento, está vinculada a baixa da alienação das aplicações financeiras *Brazilian Bonds* e *BB Securities* no valor de R$ 36.368, sendo que respectivamente a primeira está em *default* e a segunda ultrapassa 20 anos para sua realização, e a aplicação financeira no Banco Econômico depende de decisão definitiva e da data de encerramento deste litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

10.1.2 Projeção estimada de realização dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, com expectativa de geração de resultados positivos futuros. O valor presente do crédito tributário utilizando a Selic de 10,25% é de R$ 224.291.

Ano	Realização - %
2014	13
2015	13
2016	12
2017	11
2018	10
2019 a 2023	41
	100

11 Investimentos

11.1 Investimento avaliado ao custo

A Companhia, em maio de 2012, adquiriu 4,8% na participação do capital da African Reinsurance Corporation - Africa Re, com sede em Lagos, na Nigéria, no montante de R$ 56.743.

12 Imóveis destinados à renda

	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo	16.489	672	226.692	243.853
Impairment acumulados			(21.258)	(21.258)
Depreciação acumulada		(672)	(3.652)	(4.324)
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldo inicial	16.489		201.782	218.271
Aquisições (a)			26.939	26.939
Alienações			(101.515)	(101.515)
Ajustes *impairment*			21.258	21.258
Depreciações			(3.171)	(3.171)
Saldo contábil, líquido	16.489		145.293	161.782
Saldos em 31 de dezembro de 2012				
Custo	16.489	672	152.116	169.277
Depreciação acumulada		(672)	(6.823)	(7.495)
Saldo contábil, líquido	16.489		145.293	161.782
Em 31 de dezembro de 2013				
Saldo inicial	16.489		145.293	161.782
Aquisições (a)			11.925	11.925
Depreciações			(2.833)	(2.833)
Saldo contábil, líquido	16.489		154.385	170.874
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo	16.489	672	164.041	181.202
Depreciação acumulada		(672)	(9.656)	(10.328)
Saldo contábil líquido	16.489		154.385	170.874

No exercício de 2013, a Companhia alienou o imóvel situado na Avenida Marechal Câmara 350, 6º andar, totalizando o montante de R$ 3.108, gerando um lucro na venda de R$ 3.093, registrado no grupo ganho ou perdas com ativos não correntes no segundo semestre de 2013.

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação da Companhia e respectivas benfeitorias realizadas pelo IRB no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

		Benfeitorias realizadas	
	Investimento percentual	**2013**	**2012**
Em 31 de dezembro de 2013			
Casa Shopping - Rio de Janeiro	20,00%		
Park Shopping - Brasília	12,00%	8.541	8.113
Esplanada - Sorocaba	15,00%	439	1.094
Praia de Belas - Porto Alegre	20,00%	3.078	1.366
Minas Shopping - Belo Horizonte	19,13%	3.430	2.959
Shopping Barra - Salvador	20,00%	1.724	8.480
Saldo contábil das benfeitorias em shopping centers ativos		17.212	22.012
Benfeitorias em shopping centers vendidos			4.927
Park Shopping - Devolução de gastos com benfeitorias		(5.287)	
Saldo contábil, líquido		11.925	26.939

Os investimentos em shopping Center são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos e constitui provisão para perdas, quando aplicável.

13 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Custo	21.474	2.899	32.898	57.271
Depreciação acumulada	(8.659)	(1.836)	(19.842)	(30.337)
Saldo contábil, líquido	12.815	1.063	13.056	26.934
Em 31 de dezembro de 2012				
Saldos iniciais	12.815	1.063	13.056	26.934
Aquisições	117	23	9.151	9.291
Alienações		(172)	(1.050)	(1.222)
Ajuste de *impairment*		(254)	(54)	
Depreciação	(584)	(37)	(3.108)	(3.729)
Valores transferidos		508	(508)	
Saldos contábeis, líquidos	12.348	1.131	17.487	30.966
Saldos em 31 de dezembro de 2012				
Custo	21.591	3.258	40.491	65.340
Impairment acumulados		(254)	(54)	(308)
Depreciação acumulada	(9.243)	(1.873)	(22.950)	(34.066)
Saldos contábeis, líquidos	12.348	1.131	17.487	30.966
Em 31 dezembro de 2013				
Saldos iniciais	12.348	1.131	17.487	30.966
Aquisições	669	349	5.577	6.595
Alienações	(15)	(30)	1	(44)
Depreciação	(604)	(165)	(4.857)	(5.626)
Variação cambial			9	
Ajustes *impairment*		254		254
Saldos contábeis, líquidos	12.398	1.539	18.217	32.154
Em 31 dezembro de 2013				
Custo	22.245	3.831	46.078	72.154
Impairment acumulados		(254)	(54)	(308)
Depreciação acumulada	(9.847)	(2.038)	(27.807)	(39.692)
Saldos contábeis, líquidos	12.398	1.539	18.217	32.154

14 Intangível

	Custo de Desenvolvimento de *Softwares*
Saldos em 31 de dezembro de 2011	
Custo	33.332
Amortização acumulada	(11.206)
Saldo contábil, líquido	22.126
Em 31 de dezembro de 2012	
Saldo inicial	22.126
Aquisições	14.263
Amortizações	(3.596)
Saldo contábil, líquido	32.793
Em 31 de dezembro de 2012	
Custo	47.595
Amortização acumulada	(14.802)
Saldo contábil, líquido	32.793
Em 31 de dezembro de 2013	
Saldo inicial	32.793
Aquisições	10.645
Amortizações	(3.960)
Saldo contábil, líquido	39.478
Em 31 de dezembro de 2013	
Custo	58.240
Amortização acumulada	(18.762)
Saldo contábil, líquido	39.478

15 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego

15.1 Obrigações a pagar

	2013	2012
Fonecedores	5.220	11.399
Dividendos	14.305	6.072
Juros sobre capital próprio	1.412	1.659
Participações no lucro	17.068	16.791
Outros	2.110	8.059
	40.115	43.980
Circulante	39.894	43.980
Não circulante	221	

15.2 Provisão para benefício pós-emprego

	2013	2012
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i)	157.707	160.566
Benefício - pós emprego - Plano Médico (ii)	227.636	305.526
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii)	2.091	1.683
Benefício - pós emprego - Auxilio funeral (iv)	1.832	1.293
	389.266	469.068
Circulante	32.259	44.339
Não circulante	357.007	424.729
	389.266	469.068

(i) Benefício pós-emprego - Aposentadoria

A Companhia custeia integralmente os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - Assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médico (ambulatorial), cirúrgico (internação), obstetrício e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos. Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, O IRB-Brassil Re arca com 50% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM) e os empregados e

beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,25% a 2% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - Seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - Auxilio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.384,38 para funeral simples, R$ 1.630,36 para cremação e R$ 2.739,07 para funeral com cremação.

16 Provisões para impostos e contribuições

	2013	2012
Circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	70.456	36.935
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	26.034	13.315
Contribuições PIS e COFINS	5.783	688
Tributos diferidos		
Constituições no período sobre adições temporárias (i)		16.969
	102.273	67.907
Não-circulante		
Tributos diferidos		
Constituições no período sobre adições temporárias (ii)	21.810	
	124.083	67.907

17 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras do País e de sociedades resseguradoras do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

17.1 Composição

	2013	2012
Operações com seguradoras	336.263	364.507
Operações com resseguradoras	785.163	1.036.365
Corretores de resseguros, retrocessão e outros	32.838	34.043
Outros débitos operacionais (*)	78.523	35.079
	1.232.787	1.469.994

(*) Referem-se a débitos da Companhia decorrentes de operações realizadas junto a Fundos e Consórcios.

17.2 Movimentação

17.2.1 Operação com seguradoras

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	45.053	318.114	1.340	364.507
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	119.438			119.438
Prêmios e juros de retrocessão pagos	33.050			33.050
Sinistro de resseguro a pagar		242.547		242.547
Sinistro de resseguro pagos		(449.686)		(449.686)
Outros a pagar				
Outros pagos			15.989	15.989
Variação cambial	5106	3.677	1.635	10.418
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.647	114.652	18.964	336.263

	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	25.634	185.128	22.506	233.268
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	34.392			34.392
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(15.116)			(15.116)
Sinistro de resseguro a pagar		315.681		315.681
Sinistro de resseguro pagos		(181.754)		(181.754)
Outros a pagar				
Outros pagos			(19.905)	(19.905)
Variação cambial	143	(941)	(1.261)	(2.059)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	45.053	318.114	1.340	364.507

17.2.2 Operação com resseguradoras

	Controladora			
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.026.098	9.335	932	1.036.365
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	1.771.119			1.771.119
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(2.012.436)			(2.012.436)
Sinistros a pagar		7.864		7.864
Outros a pagar			5.607	5.607
Variação cambial	(18.234)	1.416	(6.538)	(23.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	766.547	18.615	1	785.163

	Consolidado			
	Prêmios	**Sinistros**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.838		453	974.291
Prêmios e juros de retrocessão a pagar	1.021.955			1.021.955
Prêmios e juros de retrocessão pagos	(927.372)			(927.372)
Sinistros a pagar		9.284		9.284
Outros a pagar			479	479
Variação cambial	(42.323)	51		(42.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.026.098	9.335	932	1.036.365

18 Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

Cobrança antecipada de prêmios

	2013	**2012**
Até 30 dias	12.834	22.785
31 a 60 dias	5.622	13.312
61 a 90 dias	3.168	8.312
91 a 120 dias	2.995	14.063
Acima de 120 dias	4.468	5.969
	29.087	64.441

19 Provisões técnicas

19.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

	2013						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
			Resseguro			Resseguro	
Grupo de Ramos	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	461.452	170.083	44.666	(38.782)	(26.715)	(2.179)	608.525
Riscos especiais	273.663	36.059	19.578	(30.055)	(6)	(2.551)	296.688
Responsabilidades	62.735	29.032	1.959	(8.246)	(4.689)	(78)	80.713
Cascos	1.504		1.077	(51)		(17)	2.513
Automóveis	7.652	9.823	464	(1.599)	(3.441)	(46)	12.853
Transportes	37.555	33.924	7.637	(6.447)	(12.064)	(2)	60.603
Riscos financeiros	55.067	70.344	13.226	(12.693)	(27.722)	(2.009)	96.213
Crédito			1.321			(192)	1.129
Pessoas	6.057		813			(6)	6.864
Habitacional	20.818	20.218	94		(4.947)	(17)	36.166
Rural	106.734	185.763	1.222	(27.196)	(48.662)	(199)	217.662
Marítimos	26.304	5.431	3.505	(2.339)	(431)	(231)	32.239
Aeronáuticos	48.326	21.355	7.780	(2.944)	(3.171)	(492)	70.854
Outros	119.258	36.396	71.881	(16.950)	(20.264)		190.321
	1.227.125	618.428	175.223	(147.302)	(152.112)	(8.019)	1.713.343

	2012						
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos			
			Resseguro			Resseguro	
	Efetivo	**Estimado**	**RVNE**	**Efetivo**	**Estimado**	**RVNE**	**Total**
Patrimonial	428.085	168.394	68.505	(29.127)	(40.959)	(5.494)	589.404
Riscos especiais	130.387	174	31.931	(6.913)	(55)	(2.602)	152.922
Responsabilidades	57.685	49.562	5.428	(6.650)	(15.240)	(365)	90.420
Cascos	1.421		10.973	(53)		(115)	12.226
Automóveis	3.348	21.922	2.126	(346)	(8.479)	(520)	18.051
Transportes	42.397	61.522	9.045	(4.840)	(24.348)	(957)	82.819
Riscos financeiros	63.598	67.132	19.003	(16.846)	(26.184)	(4.632)	102.071
Crédito	63		4.132	(19)		(704)	3.472
Pessoas	5.403		18.960			(172)	24.191
Habitacional	3.671	54.372	3.085		(14.115)	(613)	46.400
Rural	128.013	196.488	7.038	(31.522)	(49.487)	(736)	249.794
Marítimos	18.501	13.649	3.879	(887)	(3.385)	(259)	31.498
Aeronáuticos	44.382	2.921	12.931	(1.398)	(618)	(668)	57.550
Outros	73.025	31.725	53.217	(9.106)	(6.387)		142.474
	999.979	667.861	250.253	(107.707)	(189.257)	(17.837)	1.603.292

19.1.1 Movimentação

	2013					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
			Resseguro			Resseguro
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2012	999.979	667.862	250.252	(107.707)	(189.257)	(17.837)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(344.098)	(428.498)	(156.231)	54.965	131.140	13.814
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	571.244	379.064	81.202	(94.560)	(93.995)	(3.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.227.125	618.428	175.223	(147.302)	(152.112)	(8.019)

	2012					
	Provisão de prêmios não ganhos			Custos de aquisição diferidos		
			Resseguro			Resseguro
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2011	921.250		331.050	(161.820)		(35.549)
Redução decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	(612.412)	(70.390)	(889.169)	142.003	20.107	197.920
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação sem custo	691.141	738.252	808.371	(87.890)	(209.364)	(180.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	999.979	667.862	250.252	(107.707)	(189.257)	(17.837)

19.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

A Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores referentes a provisões técnicas desta natureza sofreram reclassificações e alterações em sua forma de apresentação. Na estrutura patrimonial, o grupamento referente à "Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados" (IBNER) foi aglutinado no grupamento "Provisão de Sinistros a Liquidar", no passivo.

	2013	
	Resseguro	
Grupo de Ramos	**Sinistros a liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Patrimonial	1.974.446	122.825
Riscos especiais	103.554	4.872
Responsabilidades	514.968	59.137
Cascos	508.201	22.838
Automóveis	168.779	49.586
Transportes	214076	29.170
Riscos financeiros	528.805	101.499
Crédito	9.614	8.651
Pessoas	105.087	22.972
Habitacional	25.809	7.185
Rural	112.458	70.499
Marítimos	62.601	4.682
Aeronáuticos	109.486	6.745
Run-off (Londres) (*)	93.910	80.516
Outros	350.612	56.233
	4.882.406	647.410

	2012	
	Resseguro	
Grupo de Ramos	**Sinistros a liquidar**	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Patrimonial	1.445.587	128.835
Riscos especiais	86.164	4.488
Responsabilidades	600.752	76.678
Cascos	377.865	28.168
Automóveis	191.320	51.458
Transportes	207.822	37.518
Riscos financeiros	413.026	67.750
Crédito	50.025	14.818
Pessoas	142.749	35.752
Habitacional	22.595	4.634
Rural	76.363	8.440
Marítimos	52.887	2.438
Aeronáuticos	118.431	4.580
Run-off (Londres) (*)	83.641	114.617
Outros	232.385	37.554
	4.101.612	617.728

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro. Dessa forma, os valores finais podem variar significativamente, para mais ou para menos, quando de sua efetiva realização em exercício subsequentes.

19.2.1 Movimentação

	2013	
	Sinistros a liquidar	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.101.612	617.728
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(2.106.445)	(163.305)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	2.887.239	192.987
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.882.406	647.410

	2012	
	Sinistros a liquidar	**Sinistros ocorridos mas não avisados**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.746.146	580.792
Redução decorrente de remensuração ou liquidação	(1.064.901)	(50.291)
Aumento decorrente de remensuração ou liquidação	1.420.367	87.227
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.101.612	617.728

19.3 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro 2013 e de 2012, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

						2013
Probabilidade	**Quantidade**	**Valor de exposição total (*)**	**%**	**Sinistro a liquidar**	**Retrocessão**	**Líquido**
Provável	1.042	368.329	44	162.065	(50.500)	111.565
Possível	826	494.107	34	167.996	(81.904)	86.092
Remota	360	216.653	10	21.665	(13.388)	8.277
	2.228	1.079.089		351.726	(145.792)	205.934

						2012
	Quantidade	**Valor de exposição total (*)**	**%**	**Sinistro a liquidar**	**Retrocessão**	**Líquido**
Provável	1.365	748.277	44	505.352	(372.908)	132.444
Possível	1.128	417.066	34	141.803	(56.109)	85.694
Remota	423	221.589	10	22.159	(7.897)	14.262
	2.916	1.386.932		669.314	(436.914)	232.400

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

19.3.1 *Aging* de sinistros judiciais

Aging	**Bruto de retrocessão**	**Retrocessão**	**Líquido de retrocessão**
De 0 a 30 dias	437	(297)	140
De 31 a 60 dias	222	(124)	98
De 61 a 90 dias	1.147	(456)	691
De 91 a 120 dias	197	(39)	158
De 121 a 180 dias	4.836	(2.149)	2.687
De 181 a 365 dias	15.549	(7.130)	8.419
Acima de 365 dias	329.338	(135.597)	193.741
	351.726	(145.792)	205.934

19.4 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

Outas provisões - Resseguro

Grupo de Ramos	2013	2012
Patrimonial	7.572	1.399
Riscos especiais	302	
Responsabilidades	3.104	
Cascos	1.281	52
Automóveis	73	7
Transportes	35	83
Riscos financeiros	8.229	15.469
Crédito	125	40
Pessoas	15.326	17.209
Habitacional	907	1.081
Rural	16	
Marítimo	1	
Aeronáutico	141	
	37.112	35.340

20 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	2013	2012
Provisões Técnicas de Seguros	7.278.577	6.356.480
(-) Ativos de resseguros - Provisões Técnicas	3.410.252	2.985.954
Montante a ser garantido	3.868.325	3.370.526
Ativos dados em garantia:		
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	1.099.073	1.146.360
Letras financeiras do tesouro	2.214.220	2.404.550
Notas do tesouro nacional	456.386	
Títulos da dívida soberana	101.019	
Total de ativos	3.870.698	3.550.910

Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", referentes à parcela de retrocessão de risco.

21 Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas estão apresentados a seguir.

	2013		
	A receber	**A pagar**	**Resultado**
Com participação acionária na Resseguradora			
Prêmios	297.785	3.057	954.945
Indenizações e despesas com sinistros	30.330	55.212	(311.933)
Comissões	71	32.508	(133.999)
Outros		5.560	(13.934)
	328.186	96.337	495.079
Controlada IRB International Corporation	921		

	2012		
	A receber	**A pagar**	**Resultado**
Com participação acionária na Resseguradora			
Prêmios	121.365	2	908.135
Indenizações e despesas com sinistros	13.982	64.177	(465.624)
Comissões	20	4.384	(138.818)
Outros	5.434	989	(3.062)
	140.801	69.552	300.631
Controlada IRB International Corporation	485	133	

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

21.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	Contas a pagar	**Resultado**
Remuneração a curto prazo a administradores	626	3.519
Benefícios pós-emprego		185
Em 31 de dezembro de 2013	626	3.704
Em 31 de dezembro de 2012	268	3.698

Os valores máximos, médios e mínimos, da remuneração mensal paga pela Companhia aos seus empregados e administradores, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são os seguintes:

	Empregados		Administradores	
	2013	2012	2013	2012
Máxima	20.318	18.056	28.524	26.765
Mínima	1.255	4.505	26.765	25.433
Média	9.028	7.163	27.645	26.099

22 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	2013		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS		13.144	
PIS		2.824	
Contribuição social	210.279	3.334	213.404
Imposto de renda		50.354	
ISS	852		
IPTU		2.949	
Previdenciárias			
INSS	37.436	37.436	
FGTS	1.120		
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	41.495	44.096	
Ações cíveis	18.773		
Honorários		2.726	
Não circulante	309.955	156.863	213.404

	2012		
	Depósitos judiciais e fiscais	**Outras ações judiciais**	**Obrigações fiscais**
Fiscais			
COFINS		12.771	
PIS		2.744	
Contribuição social	173.010	3.241	167.656
Imposto de renda		48.895	
ISS	840		6.930
IPTU		2.806	
Previdenciárias			
INSS	35.289	35.289	
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	36.856	54.417	
Ações cíveis	16.825		
Honorários		2.731	
Não circulante	262.820	162.894	174.586

Os depósitos judiciais e fiscais são atualizados monetariamente.

22.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	2013		
	Quantidade	**Valor em risco**	**Outras ações judiciais e obrigações fiscais**
Fiscal			
Provável	2	53.303	53.303
Possível	7	383.945	232.706
	9	437.248	286.009
Previdenciário			
Possível	11	56.938	37.436
Remota	2	17.501	
	13	74.439	37.436
Trabalhista			
Provável	102	44.096	44.096
Possível	94	40.926	
Remota	38	8.269	
	234	93.291	44.096

	2012		
	Quantidade	**Valor em risco**	**Outras ações judiciais e obrigações fiscais**
Fiscal			
Provável	3	58.631	58.631
Possível	10	331.837	186.412
	13	390.468	245.043
Previdenciário			
Possível	13	55.996	35.289
Remota	3	22.737	
	16	78.733	35.289
Trabalhista			
Provável	123	54.417	54.417
Possível	79	39.557	
Remota	46	10.759	
	248	104.733	54.417

22.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

	Saldo em 31 de dezembro de 2012	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Fiscais					
COFINS (Nota 22.3.2)	12.771		309		13.080
PIS (Nota 22.3.2)	2.744		190		2.934
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	167.656	33.762	11.986		213.404
Contribuição Social (Nota 22.3.2)	3.241		46		3.287
Imposto de Renda (Nota 22.3.2)	48.895		1.460		50.355
ISS (22.3.1)	6.930			(6.930)	
IPTU	2.806		143		2.949
Previdenciárias					
INSS (22.3.1)	35.289		2.147		37.436
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (22.3.3)	54.417	962	2.916	(14.199)	44.096
Cíveis					
Honorários	2.731	6		(11)	2.726
	337.480	34.730	19.197	(21.140)	370.267

	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2012
Fiscais					
COFINS (Nota 22.3.2)	12.359		412		12.771
PIS (Nota 22.3.2)	2.656		88		2.744
Contribuição social (Nota 22.3.5)	128.064	28.573	11.019		167.656
Contribuição social (Nota 22.3.5)	3.136		105		3.241
Imposto de renda (Nota 22.3.2)	47.274		1.621		48.895
ISS (Nota 22.3.1)	20.780		2.304	(16.154)	6.930
IPTU	2.384		422		2.806
Previdenciárias					
INSS (Nota 22.3.1)	32.904		2.385		35.289
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (Nota 22.3.3)	35.578	19.571	1.760	(2.492)	54.417
Cíveis					
Honorários	2.277	454			2.731
	287.412	48.598	20.116	(18.646)	337.480

22.3 Ações fiscais

22.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades, mantendo provisionados os montantes de R$ 37.436 (R$ 35.289 em 31 de dezembro de 2012) relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R$ 4.666), compondo o valor total depositado à época de R$ 27.957. Os valores questionados referentes ao INSS, encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R$ 37.436 e provisionados no mesmo montante de acordo com a expectativa de desembolso/perda da administração.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no referido laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentam extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. A Companhia efetuou uma reversão do passivo contingente no valor de R$ 16.154. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

22.3.2 Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a dezembro de 1991, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação desses créditos tributários com débitos vincendos de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os citados pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamento de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas. O valor do débito ainda não homologado pela Receita Federal do Brasil é de R$ 19.302 (R$ 18.757 em 31 de dezembro de 2012) estando totalmente provisionado.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor aproximado de R$ 33.000, tendo impetrado Mandado de Segurança, obtendo a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos fiscais até que se tenha decisão definitiva na esfera administrativa. Atualmente a Companhia aguarda julgamento final por parte da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor provisionado atualmente de Imposto de Renda é de R$ 50.355 (R$ 48.895 em 31 de dezembro de 2012).

Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam como provável a expectativa de perda da demanda referente ao FINSOCIAL, e como possível a expectativa de perda da demanda relacionada ao ILL.

22.3.3 Ações trabalhistas

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhistas ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais. A administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença, ou seja, aqueles que tiverem com o trânsito em julgado das decisões.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R$ 44.096 (R$ 54.417 em 31 de dezembro de 2012) e classificam as chances de perda nesses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis montam em R$ 40.926 (R$ 39.557 em 31 de dezembro de 2012).

22.3.4 PIS/PASEP e COFINS

Trata-se de ação em que a Companhia pretende o reconhecimento da inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, relativo à questão do alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, envolvendo um valor de crédito fiscal a ser compensado pelo IRB Brasil RE, da ordem de R$ 151.226, valor original, relativo ao período de maio de 2001 a maio de 2006 (data de ajuizamento da ação). A presente ação foi distribuída em 1º de junho de 2006 originalmente para a 6ª Vara Federal/RJ.

A presente ação transitou em julgado em 29 de outubro de 2013, tendo a Companhia protocolado, em 19 de dezembro de 2013, o Pedido de Habilitação dos referidos créditos fiscais perante a Receita Federal do Brasil. Algumas exigências foram apresentadas pelas autoridades fiscais e a Companhia encontra-se, neste momento, levantando as informações e documentos solicitados.

Com o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o PIS e a COFINS devem incidir apenas sobre as receitas operacionais. Considerando que a Companhia vinha calculando e recolhendo, mensalmente, aos cofres públicos, até maio de 2009, tais contribuições com base em sua receita bruta, incluindo, consequentemente, as receita não operacionais, tais como receitas financeiras e de aluguel, a Companhia, com o trânsito em julgado formal da ação judicial, tem direito a um crédito fiscal na ordem de R$ 509.234, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior no período integral de maio de 2001 a maio de 2009, quando ocorreu a revogação do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, por meio do inciso XII, do art. 79, da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009.

Em 19 de dezembro de 2013, a habilitação foi pleiteada pela Companhia junto a Receita Federal. Em 2013, a Companhia reconheceu o montante de R$ 223.007 relativo à parcela do PIS e COFINS calculada considerando as receitas sobre as quais não existem discussões ou incertezas quanto à sua natureza não operacional. O saldo remanescente de R$ 286.227 será registrado quando as discussões quanto à procedência da base de cálculo - operacional ou não operacional - utilizada para determinação desses créditos forem integralmente eliminadas, não cabendo, portanto, qualquer questionamento sobre habilitação o crédito.

22.3.5 Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da MP nº 413/08, convertida na Lei de nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R$ 213.404 (R$ 167.156 em 31 de dezembro de 2012).

Os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

23 Provisões trabalhistas

	2013	2012
Provisão para férias	8.123	7.743
Provisão para licença-prêmio	2.890	5.327
	11.013	13.070

24 Patrimônio líquido

24.1.1 Capital

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social estava representada por 1.000.000 (um milhão) de ações escriturais, sendo 500.000 ações ordinárias nominativas) e 500.000(ações preferenciais nominativas, não conversíveis em ordinárias), totalmente integralizadas.

Em julho de 2013, foi realizado um aumento de capital de R$ 103.080, elevando o capital de R$ 1.350.000 para R$ 1.453.080, mediante a emissão de 40.000 (quarenta mil) novas ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social está representado por 1.035.664 (um milhão, trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro) de ações escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas, sendo 1.035.663 (um milhão, trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e três) ações ordinárias e 1 (uma) ação *Golden Share* de propriedade da União.

24.1.2 Ações em tesouraria

Em setembro de 2013 a Companhia adquiriu 4.337 (quatro mil trezentos e trinta e sete ações) de sua emissão, que representam R$ 10.531, pertencentes ao então acionista Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP.

24.1.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20% do capital social, nos termos da Lei no 6.404 de 16 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva para reinvestimento é constituída com base em previsão orçamentária, com fundamento no art. 54, parágrafo 4º, do Estatuto da Companhia. O saldo desta reserva limita-se ao capital social da Companhia e destina-se a realização de projetos de investimentos.

24.2 Outros resultados abrangentes

24.2.1 Ajustes de avaliação patrimonial

Registra, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, calculados às alíquotas de 25% e 15% para o imposto de renda e a contribuição social, respectivamente, conforme mencionado na Nota 2.12.

	2013	2012
Saldo no início do exercício correspondente	(868)	(6.644)
Ganho (perda) decorrente de avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(32.332)	9.237
Realização ganho (perda) originados da venda de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	720	(4)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	12.645	(3.457)
Saldo no final do exercício	(19.835)	(868)

24.2.2 Ajustes acumulados de conversão

Registra os efeitos das variações da taxa de câmbio de operações no exterior, conforme demonstrado abaixo.

	2013	2012
Saldo no início do exercício	2.207	1.029
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior	1.981	1.178
Saldo no final do exercício	4.188	2.207

As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia (ou seja, Reais) são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

24.2.3 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício	348.704	397.136
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.020.337	1.050.000
	341,75	378,23

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o IAS 33. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

24.2.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	348.704	397.136
Constituição de reserva legal (5%)	(17.435)	(19.857)
Base de cálculo dos dividendos	331.269	377.279
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(82.817)	(94.320)
Dividendo adicional proposto a pagar	(165.634)	(188.640)
	(248.451)	(282.960)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	75%	75%
Juros sobre capital próprio, líquidos de impostos	72.104	92.143
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2012 (R$ 2,08 para ações ON e R$ 2,28 para ações PN)		2.177
Dividendo mínimo obrigatório a pagar		
2013 (R$ 10,34 por ação ON e ação Golden Share)	10.713	
Dividendo adicional proposto		
2012 (R$ 179,66 para ações ON e R$ 197,62 para ações PN)		188.640
Dividendo adicional proposto		
2013 (R$ 159,93 por ação ON e ação Golden Share)	165.634	
Constituição da reserva para reinvestimento	154.922	186.462

25 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2013, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1 Prêmios ganhos - Principais grupos de atuação

	2013			2012		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Patrimonial	932.464	127,7	8,5	706.768	96,5	8,2
Riscos especiais	221.547	18,3	(8,9)	138.939	(52,2)	(3,2)
Responsabilidades	147.007	7,8	13,4	82.080	(1,1)	11,6
Cascos	4.191	3.255,6	(0,3)	12.985	(47,4)	(1,2)
Automóvel	25.336	79,4	21,0	21.350	283,1	15,1
Transportes	138.330	41,2	20,3	71.229	167,1	21,2
Riscos financeiros	185.168	123,8	25,6	126.219	122,7	28,3
Crédito	9.067	(489,7)	4,2	7.491	314,8	25,0
Pessoas	144.958	25,1	0,1	146.833	68,7	
Habitacional	71.377	25,7	17,9	64.281	10,6	22,1
Rural	376.966	61,0	25,0	271.647	93,3	26,0
Marítimo	55.818	108,4	1,4	37.819	194,7	4,7
Aeronáutico	90.351	62,5	2,1	80.191	155,7	(0,2)
Outros	215.796	110,2	17,0	80.197	174,3	12,0
	2.618.374	87,1	12,9	1.848.029	89,9	12,8

25.2 Sinistros ocorridos - Principais grupos de atuação

	2013			
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Patrimonial	(1.234.433)	37.968	6.010	(1.190.455)
Riscos especiais	(40.123)		(383)	(40.506)
Responsabilidades	(29.001)	2	17.541	(11.458)
Cascos	(143.818)	2.045	5.330	(136.443)
Automóveis	(22.221)	241	1.872	(20.108)
Transportes	(96.549)	31.232	8.348	(56.969)
Riscos financeiros	(222.396)	26.950	(33.749)	(229.195)
Créditos	33.816	4.421	6.167	44.404
Pessoas	(49.223)	15	12.781	(36.427)
Habitacional	(15.809)		(2.551)	(18.360)
Rural	(168.098)	128	(62.059)	(230.029)
Marítimos	(58.315)	49	(2.245)	(60.511)
Aeronáuticos	(54.469)	148	(2.165)	(56.486)
Outros	(274.253)	11.561	24.887	(237.805)
	(2.374.892)	114.760	(20.216)	(2.280.348)

	2012			
	Sinistros diretos	**Salvados e ressar-cimentos**	**Variação de IBNR**	**Sinistros ocorridos**
Patrimonial	(725.431)	42.066	1.333	(682.032)
Riscos especiais	74.061		(1.499)	72.562
Responsabilidades	(9.644)	60	10.503	919
Cascos	1.564	516	4.073	6.153
Automóveis	(54.848)	5.039	(10.639)	(60.448)
Transportes	(114.242)	7.823	(12.603)	(119.022)
Riscos financeiros	(179.449)	2.702	21.926	(154.821)
Créditos	(14.406)	5.651	(14.824)	(23.579)
Pessoas	(87.745)		(13.161)	(100.906)
Habitacional	(8.028)		1.222	(6.806)
Rural	(251.104)	192	(2.599)	(253.511)
Marítimos	(71.158)		(2.459)	(73.617)
Aeronáuticos	(120.915)		(3.960)	(124.875)
Outros	(128.304)	13	(16.217)	(144.508)
	(1.689.649)	64.062	(38.904)	(1.664.491)

25.3 Custo de aquisição

	2013	**2012**
Patrimonial	(17.686)	(16.228)
Riscos especiais	(33.495)	(17.224)
Responsabilidades	(2.263)	(1.685)
Cascos	(117)	(304)
Automóvel	(554)	(195)
Transportes	(5.553)	(2.594)
Risco financeiro	(955)	(381)
Pessoas	(871)	(927)
Habitacional	(107)	(61)
Rural	(658)	(558)
Outros	(14.351)	(11.126)
Marítimo	(3.821)	(1.504)
Aeronáutico	(4.371)	(4.473)
	(84.802)	(57.260)

25.4 Resultado com retrocessão

	2013	2012
Prêmio de retrocessões cedidos	(1.195.441)	(1.173.870)
Variação das provisões técnicas - retrocessão cedida	(47.904)	217.213
Recuperação de indenização de retrocessão	1.207.928	822.269
Variação da Provisão de IBNR - retrocessão	(376)	52.073
Salvados e ressarcimentos - retrocessões	(12.421)	(9.769)
Recuperação de comissões	138.939	169.541
Outras receitas e despesas com retrocessões	10.190	622
	100.915	78.079

25.5 Outras receitas e despesas operacionais

	2013	2012
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(18.435)	(15.060)
Recuperação dos depósitos de terceiros		25.718
Recuperação (constituição) do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	(42.288)	19.854
Recuperação do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares	15.918	
Reversão (constituição) de provisão para riscos de crédito	(24.462)	38.262
Recuperação de outras receitas de resseguro	4.167	14.765
Outras receitas e despesas operacionais	(4.924)	7.200
	(70.024)	90.739

25.6 Despesas administrativas

	2013	2012
Pessoal próprio	(135.500)	(144.657)
Reversão (constituição) benefícios pós-emprego (a)	78.013	(158.369)
Serviços de terceiros	(59.735)	(52.384)
Localização e funcionamento	(21.892)	(21.791)
Despesas judiciais	(3.732)	(450)
Multas	(138)	(2.756)
Outras despesas	(9.406)	(505)
	(152.390)	(380.912)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contempla os efeitos da reversão da provisão de benefícios pós-emprego: aposentadoria, plano médico, seguro de vida e auxílio funeral, no montante de R$ 78.013, sendo em 31 de dezembro de 2012 um complemento de provisão no valor de R$ 158.369. A reversão ocorrida no exercício decorre da adoção de nova metodologia para remensuração do passivo do plano médico, em linha com o processo de desestatização, considerando a Companhia como entidade privada.

25.7 Despesas com tributos

	2013	2012
COFINS	(49.327)	(30.087)
PIS/PASEP	(8.997)	(7.101)
Recuperação Cofins - Alargamento de base (*)	103.551	
Recuperação Pis - Alargamento de base (*)	17.833	
Constituição(reversão) de provisões tributárias - Líquidas	(2.004)	(2.226)
Taxas de fiscalização da SUSEP	(2.299)	(1.836)
Outros	(7.200)	(5.178)
	51.557	(46.428)

(*) Variação positiva no grupo referente ao reconhecimento de parte dos valores a compensar em função do trânsito e julgado da ação referente ao PIS e Cofins alargamento de base (Nota 22.3.4).

25.8 Resultado financeiro

	2013	2012
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	548.411	534.703
Juros ativos sobre parcelamento de prêmios	2.611	5.989
Variações ativas cambiais de aplicações	172.784	36.341
Variações ativas cambiais e monetária	267.915	192.238
Atualização monetária de depósitos judiciais	18.437	24.830
Juros sobre créditos tributários (**)	101.623	
Outras	1.629	9.870
	1.113.410	803.971
Despesa financeira		
Despesas de aplicações financeiras	(312.392)	(50.996)
Juros passivos sobre parcelamento no repasse de prêmios	(84)	(1.658)
Variações passivas cambiais de aplicações	(56.043)	
Variações cambial e monetária (*)	(343.841)	(208.025)
Atualização monetária de passivos contingentes (**)	(11.986)	(11.019)
Outras	(19.317)	(10.755)
	(743.663)	(282.453)
	369.747	521.518

(*) Refere-se, principalmente, a atualização da PSL Judicial com base nos índices da legislação em vigor bem como variações cambiais dos valores mantidos em moeda estrangeira.

(**) Refere-se, a atualização monetária Selic do crédito referente ao processo de alargamento da base de cálculo do PIS e Cofins (Nota 22.3.4).

25.9 Resultado patrimonial

	2013	2012
Receita operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento	43.836	48.429
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(2.847)	(3.202)
Reversão (Provisão) da redução ao valor recuperável dos ativos	(11.570)	20.418
Equivalência patrimonial		
Variação cambial de sucursas exterior (*)	(30.457)	
Receita com incorporação do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares (**)	55.565	
Outras Receitas	1.702	
Outras despesas	(75)	(1.046)
	56.154	64.599

(*) Refere-se, principalmente a variação cambial dos investimentos realizados nas sucursais no exterior Buenos Aires e Londres.

(**) Os participantes do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares transferiram integralmente as suas quotas de participação para o IRB Brasil RE em 31 de dezembro de 2013. Na data da transferência, o consórcio possuía ativos líquidos no montante de R$ 55.565, representados por caixa e aplicações financeiras de R$ 10.171 e R$ 63.380, respectivamente, líquidos de reservas e obrigações.

25.10 Ganho ou perda com ativos não correntes

	2013	2012
Ganhos na venda de propriedades investimentos	3.093	56.476
Outros	16	13
	3.109	56.489

25.11 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2013		2012	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	612.292	612.292	510.362	510.362
Juros sobre capital próprio	(80.000)	(80.000)	(100.000)	(100.000)
Lucro após juros sobre capital próprio e participações	532.292	532.292	410.362	410.362
Adições ao lucro				
Provisão para contingências trabalhista	3.633	3.633	24.524	24.524
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	13.990	13.990	7.338	7.338
Provisão para desvalorização de investimentos	12.193	12.193	6.130	6.130
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.033	68.033	123.003	123.003
Provisões trabalhistas	947	947	158.123	158.123
Outras provisões			761	761
Ajustes negativos ao valor justo - resgates	5.275	5.275	19.924	19.924
Prejuízo no exterior	16.577	16.577		
Outras adições	62.616	62.606	19.884	19.871
	183.264	183.254	359.687	359.674
Exclusões ao lucro				
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	(16.390)	(16.390)	(5.686)	(5.686)
Reversão da provisão para contingências fiscais e previdenciárias	(4.640)	(4.640)	(16.154)	(16.154)
Reversão da provisão para desvalorização do investimento	(2.315)	(2.315)	(35.756)	(35.756)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.098)	(37.098)	(160.735)	(160.735)
Reversão da provisão trabalhista	(75.729)	(75.729)	(526)	(526)
Reversão Outras provisões	(260)	(260)		
Dividendos recebidos das ações em carteira	(70)	(70)	(119)	(119)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	(1.786)	(1.786)	(35.580)	(35.580)
Outras exclusões	(14.545)	(14.545)	(39.267)	(39.267)
	(152.833)	(152.833)	(293.823)	(293.823)
Lucro base para IRPJ e CSLL	562.723	562.713	476.226	476.226
Alíquotas de IRPJ e CSLL vigentes	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL devidos à alíquota vigente	(140.657)	(84.407)	(119.033)	(71.434)
Incentivo fiscal (PAT - Lei Roanet)			438	
Incentivo Fiscal (Licença maternidade)	2.786		86	
Imposto de Renda Retido na Fonte	87			
Despesa IRPJ e CSLL corrente	(137.784)	(84.407)	(118.509)	(71.432)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(22.336)	(13.402)	19.718	62.377
Efeito de IRPJ e CSLL atualizações monetárias -	(3.537)	(2.122)	(3.363)	(2.017)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(163.657)	(99.931)	(102.154)	(11.072)

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	2012	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	2013
Ativo diferido						
Provisões trabalhistas	185.454	379	(30.291)	(29.912)		155.542
Provisão para desvalorização do investimento	64.722	4.877	(926)	3.951		68.673
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.402	27.213	(14.839)	12.374		63.776
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	57.315	5.596	(1.856)	3.740		61.055
Provisão para contingências trabalhistas	23.897	1.453	(6.556)	(5.103)		18.794
Ajuste a valor de mercado - Títulos em negociação		(1.396)	1.396			
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda		579	12.645		13.224	-
Outras provisões	1.215		(104)	(104)		1.111
Provisão para perda		(22.081)		(22.081)		(22.081)
Total ativo diferido	384.005	16.620	(40.531)	(37.135)	13.224	346.870
Passivo diferido						
Atualização depósitos judiciais	16.152	5.658		5.658		21.810
Ajuste a valor de mercado - Títulos em negociação	1.396		(1.396)	(1.396)		
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	(579)		579		579	
Total passivo diferido	16.969	5.658	(817)	4.262	579	21.810
Total Líquido	367.036	10.962	(39.714)	(41.397)	12.645	325.060

Medida Provisória nº 627/2013

A Medida Provisória nº 627 (MP 627/2013), de 11.11.2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial proposito de:

(i) revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);

(ii) alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e

(iii) regulamentar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Considerando que a MP nº 627/2013 poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, o IRB Brasil Re aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da MP 627/2013, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do IRB Brasil Re.

26 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (em aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, no exercício de 2013, incluindo o plano pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R$ 22.796 (R$ 18.263 em 31 de dezembro de 2012).

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2013 pelo Atuário Claudio Paz, MIBA 761. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método do Crédito Unitário Projetado.

Seguem as descrições dos planos patrocinados:

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia de R$ 3.909 (R$ 3.025 em 31 de dezembro de 2012), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico de R$ 11.484 (R$ 825 em 31 de dezembro de 2012) na PREVIRB que, em linha com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

A despesa total incorrida pela Companhia para plano A de R$ 730 (R$ 1.008 em 31 de dezembro de 2012), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 de R$ 18.157 (R$ 14.230 em 31 de dezembro de 2012), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários independentes, foi contabilizada na patrocinadora uma provisão de R$ 157.640 (R$ 158.710 em 31 de dezembro de 2012), em linha com o IFRS.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R$ 266.058 (R$ 25.999 em 31 de dezembro de 2012) na PREVIRB que, em linha com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pela IRB	
Hipóteses econômicas	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Taxa real de desconto	4,00%	4,00%	4,50%	4,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 4,00% a.a.	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 1% até os 60 anos	Não adotada	Plano Médico: 1% até os 60 anos Demais Planos: Não se aplica	Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE	AT-2000 MALE e FEMALE
Tábua de entrada em invalidez	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2013 e os valores projetados para dezembro de 2014, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB Brasil RE junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	2014	**2013**
Custo dos serviços correntes	378	(279)
Custo dos juros	104.706	117.312
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(127.999)	(119.624)
Valor esperado de contribuições dos empregados	(3.878)	
Despesa no final do exercício	(26.793)	(2.591)

(*) Em linha com o IFRS, as receitas não são contabilizadas na patrocinadora.

A despesa total de R$ 730 (R$ 1.008 em 31 de dezembro de 2012), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir.

	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.250.650)	(1.386.365)
Valor justo dos ativos do plano	1.516.708	1.412.364
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	266.058	25.999

(*) Em linha com o IFRS, estes valores de ativos líquidos não foram contabilizados na patrocinadora.

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.386.365	1.208.930
Custo dos serviços correntes	3.963	2.949
Custo dos juros	117.312	114.174
Perda atuarial	(175.253)	133.969
Benefícios pagos	(81.737)	(73.657)
Valor presente das obrigações atuariais	1.250.650	1.386.365

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas da PREVIRB:

	2013	2012
Disponível	440	340
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	860.694	687.841
Créditos privados e depósitos	407.612	551.111
Ações	102.004	97.147
Fundos de investimentos	86.793	98.714
Investimentos imobiliários	91.443	63.684
Empréstimos e financiamentos	4.698	4.702
	1.553.244	1.503.199
Exigível operacional de investimentos		
Ações		
Empréstimos e financiamentos	(207)	(138)
Outras exigibilidades (IOF)	(5)	(3)
	(212)	(141)
Exigível contingencial de investimentos	(2.716)	(2.716)
Recursos garantidores	1.550.756	1.500.682

A movimentação no valor justo dos ativos do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2013	2012
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.412.364	1.327.698
Retorno ocorrido nos investimentos	119.264	152.877
Contribuições do empregador	730	1.008
Contribuições dos participantes do plano	3.842	4.241
Benefícios pagos	(81.737)	(73.657)
Ganho/perda atuarial	61.885	197
Valor justo final dos ativos do plano	1.516.708	1.412.364

O retorno esperado dos ativos do plano A em 31 de dezembro de 2013 foi de R$ 119.624 (R$ 152.877 em 31 de dezembro de 2012).

O histórico dos ajustes pela experiência está apresentado a seguir:

	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	(1.250.650)	(1.386.365)	(1.208.930)	(1.109.373)	(1.101.324)	(869.357)
Valor justo dos ativos do plano	1.516.708	1.412.364	1.327.697	1.231.259	1.148.740	1.097.560
Superávit	266.058	25.999	118.767	121.886	47.416	228.203

A Companhia espera contribuir com R$ 542 com o plano A de benefício definido durante o próximo exercício.

26.1 Outros benefícios a empregados

	2013	2012
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	19.517	21.791
Assistência médica e odontológica	12.053	18.731
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	347	3.579
Seguro de vida em grupo	242	171
Auxílio funeral	100	67
	32.259	44.339
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	138.190	138.776
Assistência médica e odontológica	215.236	283.216
Seguro de vida em grupo	1.850	1.512
Auxílio funeral	1.731	1.225
	357.007	424.729

A Companhia custeia, integralmente, os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para os servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 328 integrantes, em 31 de dezembro de 2013 (347 em 31 de dezembro de 2012), sendo 1 em atividade, 313 aposentados e 14 pensionistas, com média de idade de 81,4 anos (80,1 anos em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia oferece, ainda, os seguintes benefícios assistenciais:

Assistência médica e odontológica

Plano de autogestão para funcionários ativos e aposentados. Para os funcionários admitidos até 2004, os dependentes podem ser cônjuges, filhos e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir daquele ano, só podem ser considerados dependentes os cônjuges e os filhos. Para este grupo, o IRB Brasil RE arca com 50% do custeio do plano e os funcionários com a outra parcela equivalente aos outros 50%. A contribuição do funcionário é descontada mensalmente de seu salário e varia conforme a data de admissão e a faixa etária.

Auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os funcionários admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R$ 1.384,38 para funeral simples, R$ 1.630,36 para cremação e R$ 2.739,07 para funeral com cremação.

Seguro de vida em grupo

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50% do prêmio. A participação do funcionário é opcional.

27 Fundos, consórcios e contas sob administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O IRB-Brasil Resseguros S.A. efetua a administração dos seguintes fundos e consórcio, cujos principais saldos contábeis podem ser assim representados:

	(Não auditado)	
	2013	**2012**
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR	1.228.507	1.036.109
Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares - CBRN		42.009

FESR

Criado pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A sua finalidade é garantir a estabilidade do seguro rural e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe nessas operações. Os recursos captados pelo Fundo são provenientes do recolhimento anual do excesso de lucro do seguro rural, apurado pelas sociedades seguradoras e pela Resseguradora, e crédito especial da União, quando necessário, para cobertura de deficiência operacional.

CBRN

O consórcio brasileiro de riscos nucleares - CBRN foi criado pelo IRB Brasil RE, com amparo nas disposições contidas no decreto-lei nº 73/66, tendo como finalidade precípua ressegurar as responsabilidades assumidas pelas seguradoras em relação a riscos inerentes às atividades com energia nuclear. Amparado nas disposições contidas nos artigos 44 e 59 do Decreto lei nº 073, de 21 de novembro de 1966, o IRB publicou a resolução nº 056 de 22 de julho de 1977 que deu origem ao CBRN.

A lei complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, revogou os artigos 44 e 59 do Decreto lei nº 73/66, suprimindo do IRB a atribuição de órgão regulador do mercado, transferindo essa para o conselho nacional de seguros privados- CNSP.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP emitiu a resolução CNSP nº 194 de 2008 que dispõe sobre o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares, abrindo a oportunidade para a atuação de outros resseguradores nesse ramo, dando oportunidade a interpretação de que tais riscos não devem mais ser obrigatoriamente cobertos pelo CBRN. De forma a atender os termos da legislação em vigor criou-se um instrumento de extinção de obrigações e transferência de responsabilidades entre o IRB Brasil RE e as demais seguradoras participantes do CBRN.

Nesse instrumento o IRB Brasil RE e os demais participantes reconheceram que não mais se justifica a continuidade das operações por intermédio do CBRN; que o IRB assumirá integralmente a responsabilidade pela cobertura de resseguro dos riscos inerentes as atividades nucleares já assumidas pelo CBRN, isentando assim as demais seguradoras de qualquer responsabilidade em relação aos sinistros ocorridos, reclamados ou não, e os que venham a ocorrer, a partir da data de assinatura do Termo.

Em função da assunção integral da responsabilidade em relação aos riscos aceitos pelo consórcio, os demais participantes autorizaram o repasse integral para o IRB de suas cotas de participação no saldo existente no Fundo Especial do CBRN, transferindo assim os correspondentes valores a título de cessão de reservas, dando-lhe integral quitação quanto a qualquer prêmio ou participação de resultados relacionados aos riscos assumidos pelo CBRN.

Os principais grupos impactados a incorporação do ativos e passivos do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares no IRB Brasil RE, foram:

	2013	2012 (Não auditado)
Ativo		
Ativo circulante		
Disponível	10.171	7.556
Aplicações financeiras	63.380	54.971
Prêmios a receber	681	6.142
Comissões a receber - RVNE		6
Total do circulante	74.232	68.675
Não circulante		
Contas a receber	3.038	2.500
Provisão para crédito de realização duvidosa	(917)	(800)
Total não circulante	2.121	1.700
Total do ativo	76.353	70.375
Passivo		
Circulante		
Provisões técnicas		
Receitas de comercialização diferidas		372
Provisão de sinistros a liquidar		697
Prêmios a pagar - RVNE		5.318
Comissões a pagar - RVNE		348
Outros		21
Total do circulante		6.756
Não circulante		
Provisão de riscos não expirados		1.671
Superávit a pagar	20.793	20.760
Total do não circulante	20.793	22.431
Fundo especial do CBRN	55.560	41.188
Total do passivo	76.353	70.375

28 Eventos subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2014, a Receita Federal habilitou a totalidade dos créditos de PIS e COFINS sobre alargamento da base. Conforme descrito na Nota 22.3.4, a Companhia reconhecerá o saldo remanescente de R$ 286.227 quando as discussões e incertezas quanto à procedência da base de cálculo - operacional ou não operacional - utilizada para determinação desses créditos forem integralmente eliminadas, não cabendo, portanto, qualquer questionamento sobre a utilização do crédito.

* * *

Mario Di Croce
Vice-Presidente Executivo

João Carlos Barreto Pego
Contador
CRC RJ - 075280/O-2

Rodrigo de Valnisio Pires Azevedo
Atuário
MIBA 1573